

SESSÕES DO PLENÁRIO

29ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADERBAL CALDAS *AD HOC*

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas): - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: (Lê) “Projeto de Lei nº 20.502/2013, Projeto de Lei nº 20.504/2013 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.498/2013.”

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno nem no Grande Expediente.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou PSL/PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.)

Não há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Zé Neto, agradeço que V.Ex^a pela primeira vez concorda conosco. De imediato, disse que não tinha problema algum. É aquela velha história, deputado Luciano Simões, daquele senhor que nunca tinha tido um carro, coitado, e no interior comprou um carro grandão. Aqueles carros grandes antigos. Só que quando chegou em casa, a garagem dele era menor e o carro não entrava. E lá não podia estacionar carro do lado de fora. É a questão do governo: ele compra um *ferryboat*, provavelmente já estava pronto, porque não se constrói uma embarcação dessas no período de 30 dias ... E da maneira que está aí na Imprensa não tem os dados, mas acho que a Assembleia Legislativa tem a obrigação de apurar. O mínimo que tem que ser feito aqui é convocar para a Comissão de Infraestrutura o presidente da Agerba para prestar esclarecimentos.

Porque inclusive para colaborar com esse raciocínio já fiz a apuração e o Líder do governo, Zé Neto, já comprova que efetivamente os *ferryboats* adquiridos são maiores que as gavetas existentes para atracamento. O que já é um problemão! Por quê? Porque são dois *ferryboats*. Aí pergunto: e os outros *ferryboats* que encaixavam? Como é que ficarão agora, se o governo tiver que fazer adaptações? Vão ficar boiando, sem sustentação na hora do desembarque? Deixarão de ser utilizados para congestionar ainda mais o fluxo de carros e de pessoas na época de veraneio ou grandes feriados?

A coisa é tão séria que está aqui a Decisão, publicada no *Diário Oficial da Bahia*, do dia 06/11: (Lê) “*Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA. Acolho os argumentos e fundamentos contidos no parecer da Procuradoria Jurídica, exarado nos autos deste processo Administrativo DERBA n.º 7.354/13, aqui trazidos à colação, para dispensar licitação com fundamento no art. 59, inciso IV, da Lei Estadual n.º 9.433/05, em caráter emergencial, e autorizo a contratação direta para a realização dos serviços de requalificação e adaptação emergencial da infraestrutura de atracação, dos Terminais Marítimos, para novos FERRY-BOATS – Terminal São Joaquim / Terminal de Bom Despacho-Salvador/Itaparica, com a Empresa Guindastes Brasil/Muncks & Reboques Brasil Ltda, CNPJ 02.355.017/0001-97, pelo valor total de R\$ 9.882.262,45, com prazo para execução de 105 dias. Tudo conforme consta da sua proposta comercial e da instrução do mencionado processo. Em 05 de novembro de 2013. Saulo Pontes, Diretor Geral.*”

Efetivamente, o governo comprou um *ferry* sem ter tido o cuidado necessário para ver se os *ferries* adquiridos, que naturalmente, repito, deveriam estar prontos, porque ninguém constrói um *ferry* em 30 dias. É aquela velha história: comprei um carro mas na hora em que fui estacionar na minha garagem, o carro era mais largo que a garagem. O governo de uma maneira açodada, pelo jeito, comprou dois *ferries*, dizem as empresas que não participaram que o governo comprou dois e pagou o valor equivalente a três e não teve sequer o cuidado de ver se a largura dos *ferryboats* eram

compatíveis com os terminais.

Essa é a única pergunta que fica. Aqui está comprovado que vai ter que fazer a modificação para ampliar a largura dos atracadouros. E aí? Como é que ficarão os outros *ferryboats*? Eles têm exatamente a largura para entrar nas gavetas existentes. Se você vai alargá-las agora para acomodar e poder atracar esses dois *ferryboats*, os outros vão ficar boiando, vão ficar batendo? Qual a segurança que tem um passageiro quando estiver saindo com o seu carro do *ferryboat*?

Então, são esclarecimentos que esta Casa independente de posições políticas, partidárias, tem o dever de apurar. Aqui estamos falando em dinheiro público, estamos falando da segurança dos passageiros que necessitam todos os dias se deslocarem de Itaparica para cá, são estudantes que vêm para estudar e também os turistas. Vão utilizar um *ferryboat* futuro sem, a princípio, a segurança necessária porque as gavetas para os demais *ferryboats* ficarão maiores depois de ampliadas do que as que aqui estão.

É um assunto gravíssimo. O próprio Líder do governo, de uma maneira muito correta admitiu, porque estou aqui com a decisão de uma dispensa de licitação para ampliar os dois *ferries*. Mas precisamos ter esclarecimentos. Como é que vão ficar os demais? Vão ficar à deriva, vão ter a segurança necessária que precisa ou o governo vai sucatear todos os outros *ferryboats* e ficar apenas com os dois novos? É lógico que não.

Então, no mínimo, a Comissão de Infraestrutura desta Casa tem que ser convocada em caráter emergencial, o presidente da Agerba tem que vir aqui prestar os esclarecimentos necessários. Por que se ficar comprovada que a segurança dos outros *ferry boats*, que a princípio não terão a segurança necessária por conta da adaptação apenas para atender dois *ferry boats*, seria o caso de uma CPI para colocar na cadeia aqueles que são responsáveis por uma arbitrariedade dessa com o dinheiro público. Numa época em que o governo não tem recursos para investir na saúde, na educação, na segurança pública, no momento em que o governo do Estado em plena Copa do Mundo deveria investir na Secretaria de Turismo do nosso Estado. As pessoas que vierem assistir aos jogos da Copa do Mundo em outros estados deveriam ter o atrativo necessário para, nos intervalos dos jogos, virem aqui à Bahia conhecer as maravilhas do nosso Litoral. Temos uma redução de 35% no orçamento da Secretaria de Turismo, na proposta orçamentária que foi encaminhada pelo governador Jaques Wagner para o ano de 2014.

Então, não pode se reduzir em 60 milhões o orçamento da Secretaria de Turismo em pleno ano da Copa do Mundo e gastar 10 milhões de reais para aumentar o atracadouro de *ferries* que não poderá ser utilizado se essas duas adaptações forem feitas.

Então, o assunto é de extrema gravidade. Confesso-lhes que nunca vi, nesses 20 anos, estou no 5º mandato, uma falha de projeto tão grande como essa. Não podemos deixar de apurá-la. É nosso dever, é nossa obrigação.

Deputado Zé Neto, esse assunto é grave. Está aqui uma licitação de R\$ 10 milhões para se fazer a adequação dos dois terminais que precisam ser ampliados,

V.Ex^a confirmou isso. A grande dúvida, deputado Zé Neto, é o que será feito com os outros *ferryboats*? Eles ficarão numa gaveta? Porque a ampliação não dá estabilidade para eles.

É um assunto grave! Isso seria motivo, deputado Elmar Nascimento, de ouvirmos – depois de ouvirmos o presidente da Agerba – o diretor da Agerba, que deve ser convocado. Se for comprovado que os outros *ferryboats* não terão a estabilidade necessária, depois dessa alteração pela bagatela de R\$ 10 milhões, será necessária uma CPI, no mínimo, para se colocarem na cadeia os responsáveis diretos por uma contratação indevida e irresponsável.

Este é o meu posicionamento. Espero que o governo tome as providências, senão, infelizmente, terei que entrar com uma ação no Ministério Público do nosso Estado, para que tome as providências necessárias.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Por todo o tempo, falará o deputado João Carlos Bacelar.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, neste dia esta Casa ouve a denúncia, deputado Leur Lomanto – V.Ex^a que é um forte representante da Ilha de Itaparica, dos esportes náuticos, enfim, das questões ligadas à Baía de Todos os Santos –, e toma conhecimento de que os dois *ferries* que o governo do Estado adquiriu possuem uma largura maior do que as gavetas para a atracação dos *ferryboats* situadas em Bom Despacho e em São Joaquim.

Estamos correndo o risco de assistir ao *ferries* ancorarem no meio da Baía de Todos os Santos e ter que se fazer a baldeação, de pequenos barcos irem buscar os passageiros e os carros, haja vista que os *ferries* não poderão atracar, por exemplo, em São Joaquim. Isso seria cômico se não fosse uma tragédia e motivo de grave prejuízo para a economia da Bahia, de grave prejuízo para as finanças estaduais, já combatidas.

Dez milhões de reais, sem licitação, é o custo da obra para a adequação dos terminais de atracação de Bom Despacho e de São Joaquim. Admitiremos que o *ferry* por ser mais largo, econômico, o custo veículo ser menor do que nas outras embarcações que trafegam na Baía de Todos os Santos, mas então por que não se planejou adaptação desses atracadouros quando da licitação? Por que uma dispensa

de licitação para as obras de adaptação desse dois atracadouros? Falta de planejamento, falta de competência e falta de cuidado com os recursos públicos. Não há planejamento das ações do governo, é tudo na base do improvisado. Sei lá, alguém ao viajar pela Grécia encontrou o *ferry*, achou-o bonito e disse: “ Compraremos e levaremos para a Bahia”. Sem o mínimo de planejamento!

É isso que nós, mais uma vez, somos obrigados a chamar a atenção. Não há nenhum planejamento e não tem competência. Por quê? Porque a máquina administrativa só pensa na eleição. Porque a máquina administrativa do Estado só pensa em eleger e se manter no poder. É esse o retrato. E é por isso que, hoje, temos de viver com o escárnio de todo o País. Quando se fala num absurdo, continuamos como precedente na Bahia.

A questão não é só na área da infraestrutura, mas toma conta de toda a máquina administrativa. Haja vista a famosa taxa de incêndio o governo encaminhará para esta Casa o projeto que modifica a base de cálculo. Fizeram no afogadilho, na pressa e sem discussão. O próprio Líder do governo não sabe a quem culpar. Não sabe se foi a Casa Civil, a Fazenda ou a Secretaria de Planejamento. No apagar das luzes de dezembro do ano passado, encaminharam para esta Casa um projeto de lei que mudou o cálculo da taxa de incêndio. E o que é estamos convivendo? Com uma verdadeira escorcha, porque existem empresas pagando 16 milhões por ano. Dezesesseis milhões de taxa de incêndio! A taxa varia de 80 mil a 16 milhões. Uma taxa sem limite! Um total desrespeito ao contribuinte. E aí, a Liderança do governo reconhece o erro e o governo diz que encaminhará o projeto de lei corrigido. Mas não corrige! Não corrige!

Outra distorção desse processo. Dos 26 estados da federação e o Distrito Federal, somente a Bahia continua ainda com o Corpo de Bombeiros vinculado à Polícia Militar. Somente o Corpo de Bombeiros da Bahia não tem autonomia financeira e administrativa. Agora que era o momento correto de consertar tal distorção, de se ter uma verdadeira política de combate ao incêndio e ao pânico, não se toma providência.

O que o governo quer com essa taxa é apenas cobrir o seu déficit de caixa. Déficit de caixa oriundo de uma administração financeira incompetente e irresponsável. Querem a cobrança da taxa de incêndio. Mas pasmem, senhores, a Bahia é o único estado brasileiro que não há o Código de Combate ao Incêndio. Temos estados brasileiros que existe esse Código de Combate ao Incêndio há mais de 80 anos! E, na Bahia, de maneira nenhuma, estamos próximos a uma nova tragédia. Será preciso que aconteça uma tragédia com as proporções da que ocorreu no final do ano passado, no Rio Grande do Sul, para que se possa tomar as providências.

A questão da segurança, a questão do incêndio só motiva o administrador público na Bahia e no Brasil quando resulta em tragédia. Esta é a oportunidade. Por isso, tenho defendido na Bancada da Oposição que só devemos aprovar e fazer acordo para a instituição do Fundo de Combate ao Incêndio, se esse vier associado ao Código de Combate ao Incêndio. Como cobrar a taxa de incêndio, se não há um código que defina as posturas, os valores e o papel do Corpo de Bombeiros nesse

processo? De maneira nenhuma.

Hoje, deputado Gaban, o Corpo de Bombeiros tem R\$ 3 milhões para investimentos. Calcula-se que, para colocar o Corpo de Bombeiros da Bahia no nível das equipes de Corpo de Bombeiros mais avançadas do mundo, seria necessário um investimento anual de R\$ 30 milhões. Essa taxa renderia aos cofres do Estado R\$ 350 milhões. Para que isso?

Precisamos continuar atentos a esse novo projeto que institui a taxa de incêndio, não só ao que se refere à mudança da base de cálculo. A mudança da base de cálculo atenderá ao empresariado, ao segmento produtivo e aos grandes condomínios, até mesmo os residenciais, mas não resolverá o problema e não preparará a Bahia para a prevenção de grandes desastres e situações de pânico.

Já que o *ferry*, deputado Gaban, não pode nem atracar para, numa situação de pânico, ter uma alternativa de fuga, V.Ex^a imagine como ficaremos com tanta incompetência, com tanta falta de planejamento.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concedo o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:-Deputado João Carlos Bacelar, é por isso que eu disse, no momento em que retornou a esta Casa Legislativa, que V.Ex^a estava fazendo falta. V.Ex^a sempre que assume a tribuna trata de assuntos que interessam, sobretudo, à população mais pobre do Estado e à coletividade.

O problema desse projeto de lei, que propõe a criação do Fundo de Combate ao Incêndio, mostra a importância do debate nesta Casa. Se nós, da Oposição, não tivéssemos tido... Eu fui o representante de uma decisão do colegiado da Oposição desta Casa para que pedíssemos vista de todos os processos que por aqui passam sem antes passar pelas Comissões Temáticas. Coube a mim fazer o pedido de vista desse projeto. Se não tivéssemos tomado essa decisão, hoje, teríamos um projeto inconstitucional aprovado pelo governo com um desgaste enorme e com um custo para a população, de uma maneira geral, sem precedentes.

Então, parabênzo V.Ex^a pelas colocações técnicas que tem feito, sempre de uma maneira equilibrada. Esse é o papel da Oposição, dar sugestões. Quando o governo abre os olhos e acata as nossas sugestões, percebe que são sempre no sentido de aprimorar os projetos que por aqui passam.

Parabéns, mais uma vez, a V.Ex^a.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban.

Reitero as palavras do deputado Luciano Simões. Hoje se fez denúncias de que os boxes da Ceasa estão sendo dados aos amigos do poder; se fez denúncias da aquisição dos *ferries* e do atracadouro dos *ferries*, enfim...

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Se fez denúncias do número de corpos sem sepultamento pela falta de infraestrutura do Instituto Médico Legal, e nada! Não se ouve uma palavra e uma justificativa da Bancada do Governo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Falarei por todo o tempo, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, as irregularidades e a falta de gestão deste governo parecem não ter limites. A todo dia e a toda hora, falhas gritantes são cometidas.

Às vezes, muitos não entendem a nossa decisão de pedir vista de todo e qualquer projeto, independente do cunho social ou legal, que vier a Plenário sem passar pelas Comissões Técnicas. Por quê? Para dar a oportunidade de aperfeiçoar qualquer que seja o projeto.

Vejam, no ano passado, o Projeto Funebom foi aprovado, nesta Casa, praticamente nos últimos dias da legislatura. Trata-se de projeto de combate a incêndios na Bahia pelos Corpo de Bombeiros. Mesmo que a Oposição tenha votado contra, tal projeto não foi discutido nesta Casa. A Oposição entrou com pedidos de vista e mostrou a inconstitucionalidade. Mas o governo, em sua maioria, aprovou.

Porém, durante este ano, li o projeto querendo criar o fundo para absorver recursos oriundos de um projeto inconstitucional. Como viria direto a Plenário, coube a mim, por ser Oposição, pedir vista do referido projeto.

Disse ao deputado Zé Neto, Líder do governo, que iria entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), no Tribunal de Justiça da Bahia, pela inconstitucionalidade do projeto, porque não se pode cobrar uma taxa por serviço não prestado e não contínuo como seria, por exemplo, água, energia e coisas afins.

Poder-se-ia, sim, cobrar uma taxa se o governo assim o quisesse quando do habite-se. Aí, sim, cobraria uma taxa. O Corpo de Bombeiro vai lá presta o serviço de vistoria; observa-se se o prédio residencial ou comercial ou industrial, seja o que for, está cumprindo as recomendações técnicas de combate contra incêndio. Desta forma, seria viável a cobrança de uma taxa.

Inicialmente, o deputado Zé Neto não concordou. Mas, depois, o referido deputado me procurou a fim de dizer que o governo reconhecia o projeto como inconstitucional. Está certo, pois nós não estamos analisando este projeto agora.

Mas quanto ao projeto do fundo que será alimentado por um projeto inconstitucional, o governo não quer comprar esta briga! Ele prefere – tenho de louvar esta atitude do governo – retirar o projeto da Ordem do Dia. Fizemos um

acordo na sessão passada e o projeto foi retirado para ser melhorado. É isso que precisamos.

Por exemplo, pedi vista, em nome da Oposição, do projeto sobre o plano de saúde dos servidores públicos do estado da Bahia que estabelecia que os ocupantes de cargo de confiança e os próprios servidores, ao se aposentarem, não teriam o direito de continuar pagando o plano de saúde. Vejam, o momento da aposentadoria é o momento em que mais se precisa de plano de saúde.

Deputado Paulo Rangel, originalmente, o projeto vinha dizer que precisaria exercer 10 anos ininterruptos em cargo de confiança para ter o direito. É quase impossível, porque depois do governo que for reeleito, quer dizer, após 8 anos, o outro não vai ocupar tais cargos com as mesmas pessoas. Isso faz parte de qualquer governo, em qualquer lugar do País e do mundo. Existe a troca de cargos de confiança. Então, não daria direito para aqueles que exerciam. Às vezes, iam até 15, 20 anos, mas não foram ininterruptos. Quem ganhou? Os ocupantes de cargo de confiança, mas também o governo, que beneficiou uma categoria importante que inclusive está trabalhando na própria administração do governador.

Nós temos feito isto: dado sugestões. Eu, por exemplo, apresentei ao secretário Manoel Vitório o relatório do segundo quadrimestre deste ano após colocação do nosso Líder Elmar Nascimento. Este me disse para a Oposição dar sugestões. Na hora solicitei um aparte ao secretário, e ele me concedeu.

Na explanação, falando do rombo que tem o plano de previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia, sugeri utilizarem os *royalties* do petróleo. Falamos do petróleo porque é a arrecadação maior, mas na realidade são os *royalties* provenientes de gás natural, de fontes hídricas, de todas as formas que há para serem aportados os recursos do fundo de previdência, que está quebrado hoje.

Para que V.Ex^a tenha ideia, o rombo do sistema de previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia está na ordem de 1 bilhão e 100 milhões de reais. A expectativa é atingir uma marca de 1 bilhão e 600 milhões no ano que vem, o que inviabilizaria. Na hora em que o funcionário público mais precisa, a da sua aposentadoria, o governo não tem recurso para isso.

O secretário Manoel Vitório disse que iria analisar e não havia pensado nisso. E em pouco mais de duas, três semanas manda uma PEC para ser apreciada por esta Casa, para ser discutida nas Comissões Temáticas. Mesmo sendo uma iniciativa da minha autoria, defendo que vai ter de passar aqui por todas elas para ser analisado, para vermos se os deputados têm de dar outra colaboração para que até o final do ano aprovemos.

Isso é que é o papel do Parlamento. Hoje saiu uma matéria num jornal de grande circulação, *A Tarde*, dizendo que o governo enviou para cá, e fiquei satisfeito. Fiquei, sim, porque é a valorização do Legislativo. Foi a primeira vez que vi uma sugestão de um deputado de oposição virar uma PEC encaminhada pelo governo para ser aprovada. Sinto-me satisfeito em fazer parte desta Legislatura porque foi este Poder que, ao discutir o projeto, permitiu que déssemos sugestões.

Ganha esta Casa, que ganha também o respeito da comunidade, ganha o

servidor público, pois na hora de se aposentar o governo vai ter como pagar a sua aposentadoria, ganha a Oposição. Enfim, ganha todo mundo. É isso que é bom, e é esse o nosso papel.

É por isso que eu gostaria de ter o entendimento de V.Ex^a. Espero que não precisemos mais pedir vista de nenhum projeto que para cá vier, porque todos eles devem sempre passar pelas Comissões para que possamos analisá-los e dar contribuições para que os segmentos organizados da sociedade se manifestem. Repito que ganha o governo, ganha o Poder Legislativo, ao valorizar as suas Comissões Técnicas, mas ganha acima de tudo a sociedade e a população da Bahia.

É nesse sentido que nós queremos continuar trabalhando. Que não seja necessário, a partir das colocações que tenho feito, desses pequenos exemplos que dei de emendas acatadas quando os projetos foram discutidos, mas só o foram porque pedimos vista do projeto.

O Poder Legislativo fica engrandecido, melhora o projeto do governo, que também ganha, e a sociedade vai aprender a cada vez mais respeitar o Poder Legislativo, que está dando sua contribuição aos projetos que aqui chegam, como esse que está aí, da taxa de incêndio. Se assim não fosse, seria um desastre a aprovação desse projeto aqui, como tantos outros.

Houve um projeto que me deixou chateado com o Líder do governo, aquele que aumentou a alíquota da cachaça e da cerveja praticamente no início do verão. Esse não foi discutido. Foi dada a mim a garantia, depois o deputado Zé Neto me disse, e acabei concordando com ele: “Gaban, eu não sabia que a alíquota seria aumentada”. Confiei e não analisamos. Por isso, temos de analisar, pois, se tivéssemos analisado esse projeto que foi aprovado... Votamos contra – fiz questão de vir a esta tribuna e dizer que votaria contra, mesmo o Líder do governo dizendo que não haveria nada e seriam apenas adequações – por não termos tido tempo de analisar o projeto. Mas a alíquota foi aumentada em 10% quase no verão.

Qual é a maior diversão do baiano, de uma maneira geral? Ir para praia com a família e tomar uma cervejinha. Há também aquele que gosta de cachaça, pois é a bebida mais barata, e a diversão fica mais barata. Então, tivemos um aumento de 10% na alíquota da cerveja e da cachaça, por não termos tido tempo para aquele projeto passar pelas comissões temáticas.

Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a, que é um deputado que respeito muito, que é uma pessoa muito séria, solicito que defendamos isso aqui. Vamos tentar discutir os projetos, aperfeiçoá-los. Existem alguns exemplos do que estamos fazendo este ano. Então, que o projeto não venha tão rapidamente para o Plenário. Discutimos lá e depois vem ao Plenário para que possamos aprová-los por unanimidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem.

O Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Pela ordem, deputado João Carlos

Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr^a Presidente, hoje, segundo pauta anunciada pelo Sr. Líder do governo nesta Casa, deveremos votar o relatório e o parecer prévio do TCE relativos às contas do Estado da Bahia, Poder Executivo, exercício de 2010, que teve como relator o Exm^o Sr. Conselheiro Filemon Matos.

Este talvez seja, deputada Fátima Nunes, que ora preside esta sessão, um dos momentos mais nobres do Legislativo. A função do Legislativo vai muito além da sua função de elaborar leis. Até porque, hoje, no âmbito da legislação vivemos em uma sociedade pacificada, onde as relações já estão consolidadas, não havendo essa necessidade de elaborar a todo momento uma lei. Então, fica o Legislativo com a sua função mais nobre da fiscalização. Não tenho dúvida de que esta é a função mais nobre e principal do Legislativo estadual: fiscalizar o Executivo e o Judiciário.

Sr^a Presidente, sendo este momento o principal do Legislativo, este Plenário precisaria estar com 63 deputados presentes. Este Plenário precisaria ter um conjunto de deputados para debatermos os mecanismos de controle das contas públicas, porque controlá-las não é dizer que há corrupção ou não; prejuízo maior é o descontrole nas contas públicas, prejuízo maior é a falta de instrumento para fiscalizar o dia a dia da administração pública. Longe de dizer que o executivo a, b ou c, ou o secretário d, e ou f, sejam corruptos, longe disso.

A função nossa ao estarmos aqui, é, cada vez mais, efetuarmos uma fiscalização eficiente. E para isso precisaríamos, já que as comissões não se reúnem nesta Casa, já que as comissões técnicas não têm o papel que deveriam ter, aproveitar este momento no plenário para fazer a discussão.

Por isso, solicito a V.Ex^a que apele aos nossos nobres colegas para que venham ao plenário a fim de que possamos travar um bom debate. E, assim, peço-lhe uma verificação de quórum da presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr^a Presidente, tendo em vista a questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, que pede uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, queria, neste momento, fazer um apelo a todos os deputados da base do governo para que se façam presentes aqui neste plenário, já que existe uma questão de ordem que pede que o quórum seja verificado. Então, os deputados que estão no cafezinho ou nos gabinetes se façam presentes imediatamente para que possamos votar o relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do governo Jaques Wagner. Por isso, gostaria de também pedir a V.Ex^a que zere o painel e faça a contagem dos 15 minutos regulamentares para que o quórum possa ser recomposto.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Os deputados João Carlos Bacelar e Paulo Rangel serão atendidos.

Peço aos técnicos que zerem o painel e aproveito a oportunidade para convocar

todos os deputados e deputadas que já ouviram a nossa questão de ordem, que se façam presentes ao plenário e marquem suas presenças para darmos continuidade à sessão, porque há projetos muito importantes nesta noite de hoje a serem votados. A presença dos senhores e senhoras é necessária.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Srª Presidente, faço, mais uma vez, um apelo aos deputados do governo para que deem presença para que esta sessão possa ter continuidade. E gostaria aqui de convocar todos os deputados da base do governo, aqueles que estão no cafezinho, na biblioteca, no auditório, nos seus gabinetes, para que se façam presentes neste recinto para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Portanto, fica aqui o nosso apelo para que os deputados, principalmente aos ligados ao governo, se façam presentes. No momento, temos apenas a presença confirmada de nove deputados no plenário. Assim, fazemos o apelo a todos os deputados, principalmente da base do governo, que se façam presentes aqui no plenário, já que temos uma questão de ordem, formulada pelo deputado João Carlos Bacelar, que pede uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, sessão importante onde será votado o relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do nosso governo. Portanto, fica qui este apelo.

Queria aproveitar também, Srª Presidente, os 5 minutos que me foram concedidos por V.Exª, para dizer que faço coro com os discursos feitos aqui pelos deputados da Situação, principalmente os do Partido dos Trabalhadores, naquilo que diz respeito à medida extremada do Supremo Tribunal Federal, através do seu presidente-relator do processo que ficou conhecido como Mensalão em nosso País, que de forma açodada, arbitrária e, inclusive, ilegal em relação a procedimentos condenou deputados, ex-deputados, dirigentes e companheiros do Partido dos Trabalhadores à prisão antes que o processo tivesse tramitado em julgado.

E de forma arbitrária companheiros punidos com regime semiaberto neste momento cumprem penas em regime fechado. Não podemos calar-nos ante situação tão arbitrária. E vale salientar que até o momento o esquema montado pelo PSDB para o financiamento de campanha no Estado de Minas Gerais não foi julgado, mesmo esse processo tendo antecedido àquele que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores.

Mas queria fazer um apelo a todos os deputados... No momento, faltam apenas três Srs. Deputados. Estão presentes 17 e precisamos de 21 para que esta sessão tenha continuidade. Apelamos aos deputados, principalmente aos da Base do governo, para que se façam presentes a este recinto, já que existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, formulado pelo deputado João Carlos Bacelar.

Portanto, os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca... Agora, falta apenas um deputado para que possamos recompor o quórum.

Com o ilustre deputado Sidelvan se fazendo presente finalmente recuperamos o quórum. Sr^a Presidente, já temos 21 Srs. Deputados, muito embora a máquina não esteja funcionando.

(O painel registra a presença de 22 Srs. Deputados.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Havendo quórum, vamos dar continuidade à presente sessão.

ORDEM DO DIA

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o projeto de Decreto Legislativo nº 2.498/2013, da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia no exercício de 2010.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.498/2013

Aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2010.

A Assembleia Legislativa

decreta:

Art. 1º – Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2010.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação;

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2013.

Comissão de Finanças e Orçamento

Adolfo Menezes
Luiz Augusto
João Bonfim
Gaban

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para discutir, o deputado Sandro Régis.
(Pausa.)

Por permuta, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ocupo esta tribuna para abordar alguns aspectos que dizem respeito às contas do governo do Estado e que aqui já foram explicitadas, debatidas pelos colegas da Oposição, especialmente pelo deputado Gaban, que já esmiuçou as incongruências do governo do Estado na forma de gerir as finanças.

O Tribunal de Contas do Estado tem sido deveras carinhoso com o governo. Mas o Tribunal de Contas dos Municípios tem sido carrasco com os prefeitos. Os prefeitos seguem uma linha e são penalizados, enquanto na mesma vertente o governo do Estado tem as suas contas aprovadas.

Qual o mistério? Qual a discrepância? Qual o ângulo de visão dos conselheiros? Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado têm uma visão e conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios têm outra visão, são muito mais exigentes, radicais, cruéis com os prefeitos, muitos com contas reprovadas por pequenos senões, enquanto o Estado, como diz bem o deputado Gaban, é o tribunal carinhoso, com as benevolências, os beneplácitos e as benesses na hora de analisar as contas do governador.

E cabe a esta Casa se posicionar não apenas baseando-se no relatório do tribunal, mas que cada parlamentar se posicione de acordo com a análise, creio eu, detalhada de todos os fatos, mesmo que use o parecer do tribunal para formalizar o seu ponto de vista. Nunca se gastou tanto neste Estado com Redas, com PSTs, com propaganda, e quem não se lembra de próceres do PT, em discursos e mais discursos, dizendo que tinha um duto da Cesta do Povo para a *TV Bahia*? Quantas vezes usaram esta tribuna! Naquela época se gastava muito menos com publicidade do que se gasta hoje, e ninguém sobe a esta tribuna para falar desse duto, ninguém sobe a esta tribuna para tentar justificar os gastos excessivos com publicidade.

Olha, eu sou da comunicação, acho que tem que haver investimento com a comunicação, mas o meu questionamento é a exacerbação, é o gasto em demasia. Às vezes, se faz propaganda até de canoa lá no Extremo Sul para justificar a dinheirama que é gasta com publicidade.

Volto a frisar, e que fique bem claro o meu ponto de vista: acho que tem que se investir em publicidade séria, institucional, verdadeira, que venha esclarecer a sociedade, não essa propaganda, essa invencionice que tenta incutir na cabeça do baiano uma Bahia que não existe. E quando ouço e vejo a propaganda digo: “Meu Deus do céu! Gostaria de morar nesta Bahia”. A Bahia que Jaques Wagner pinta como um quadro nos programas de televisão, a Bahia que Jaques Wagner divulga nos programas de rádios, nos *blogs*, nos jornais, essa Bahia que ele divulga como uma maravilha, como um eldorado da saúde. Meu Deus do céu! A Bahia na área da saúde vai muito mal, nunca se fez tão pouco na saúde e nunca se padeceu tanto na porta de um hospital quanto agora. É só visitar os hospitais, é só os Srs. Deputados saírem do comodismo, saírem de suas poltronas e do ar condicionado para visitar os nossos hospitais. Vão ficar horrorizados. Horrorizados porque estão engabelados e persuadidos pela propaganda, mas na verdade verão, assistirão a um quadro terrível, assustador, amedrontador. Quantas pessoas estão nas filas, quantas pessoas padecem

– pelo amor de Deus! – implorando por um atendimento médico, e aí você liga a televisão e a propaganda bonita, bem elaborada, e isso é de fato, é verdade: se você estiver com o coração mole, acaba sendo ludibriado pela propaganda, o marketing é bem feito, mas, na verdade, quem está na ponta, do outro lado, sabe que não há veracidade nessa publicidade.

Quando se vai para a segurança pública, o quadro é terrível, o quadro é assustador. Nesse final de semana, 35 pessoas foram assassinadas em Salvador; outras tantas em Feira de Santana e Região Metropolitana. E esse número de assassinatos se esparrama por todo o Estado da Bahia. Espalha-se por todo o Estado. E o que faz o governo? Inerte, braços cruzados. O governador com sua equipe assiste a tudo usando óculos de couro. Não consegue enxergar o que está diante do seu nariz. São fatos reais, concretos, palpáveis. É necessário, meu Deus do céu, que acordemos dessa letargia que invade, que toma conta dos nossos dirigentes.

A Bahia, hoje, ocupa o quarto lugar na Federação como o Estado onde mais se mata. A Bahia, dos 10 municípios mais violentos do Brasil, três ou quatro estão inseridos neste Estado.

Há de se perguntar: qual a política pública de combate à violência desse atual governo? Nenhuma. As bases comunitárias que são divulgadas à exaustão na publicidade não têm um efeito prático. Às vezes, se consegue momentaneamente, naquela área onde está instalada, uma diminuição do índice. Apenas naquela área em que está instalada. Ora, a malandragem fica em volta, nos bairros mais próximos. O que é que resulta em diminuição da violência? Nada. Há apenas uma migração do tráfico e do crime organizado. Esta é a Bahia cantada em verso e prosa na propaganda do governo, que é uma propaganda falsa, irreal, fictícia.

Mas ao passarmos pela saúde, chegamos à segurança pública, e um outro pilar da administração é a educação. Nesse governo, tivemos o desprazer de conviver com a maior greve na história deste Estado, a greve dos professores. A greve nas universidades é uma coisa rotineira. E o governador mandou cortar o ponto dos professores, e nem isso aconteceu de forma tão rápida quando nos áureos tempos dos governos carlistas.

Lá em Feira, o deputado Zé Neto, que é uma espuma flutuante, vive a todo instante a divulgar... Tem um bairro lá chamado Viveiros e ele engabelou os moradores dizendo que ia ser construída uma escola. Isso vem se arrastando há anos. O nariz do deputado vem crescendo assustadoramente de tantas mentiras repetidas, tal qual o personagem Pinóquio. Não se construiu em Feira de Santana uma única sala de aula em sete anos de governo. Como falar em educação sem pagar um salário digno aos professores? Como falar em educação sem escolas de qualidade? Como falar em educação sem construção de escolas para abrigar esses alunos?

Portanto é um modelo fracassado de gestão. É um modelo que precisa ser revisto pelo governador Jaques Wagner. O governador que foi eleito em 2006 e teve uma segunda chance dos baianos em 2010 teve a oportunidade de se redimir e fazer um governo que merecesse a confiança dos baianos.

Mas, infelizmente, isso não aconteceu. E isso não aconteceu, porque ele tem

um lastro muito grande de incapacidade de pessoas que não estão aptas à administração. Essas são pessoas forjadas, ao longo do tempo, nos debates em praças públicas sem que tivessem nenhum contato, de fato, com a administração.

E uma coisa é fazer a política com discursos em praças públicas. Outra coisa é exercer, na efetividade, o poder da administração e da organização. Quanto a esses dois itens, o governo deixa a desejar.

Queridos amigos, queridas amigas, a Bahia sediou, recentemente, um congresso em nível internacional. E, pasmem!, nós, baianos, estamos envergonhados!

Meu caro deputado João Carlos Bacelar, leio, na imprensa, a tristeza da realização de um congresso internacional, ocorrido na Bahia, que não teve sequer água nas instalações do prédio. E, ora, este congresso já era de conhecimento há quatro anos! Vejam, o estado teve tempo, 4 anos, para se preparar para este congresso de caráter internacional. E isso não aconteceu.

Faço a leitura da matéria com o seguinte teor: (lê) *“Cerca de 6 mil médicos de diversas partes do país que estão em Salvador, participando do 55º Congresso Nacional de Ginecologia Obstetrícia, sofrem com problemas estruturais do Centro de Convenções da Bahia. 'Isto aqui está sucateado. Poucos elevadores funcionam, as escadas rolantes estão com problemas, as paredes sujas... Desde o dia 13, há problemas no abastecimento da água e, desde ontem, não há mais uma gota nos banheiros e bebedouros', afirma Ana Luiza Fontes, presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia. A médica diz ainda que a capital baiana foi escolhida para sediar o encontro há quatro anos e lamenta a repercussão entre os congressistas.”*

Que vergonha! Que imagem da Bahia levarão esses congressistas? Que imagem da Bahia vão levar esses médicos?! Esta é a Bahia de Dorival Caymmi, João Gilberto, Caetano Veloso, Jorge Amado, Maria Bethânia e Gal Costa.

(Lê) *“Os banheiros estão exalando mau cheiro por todo o Centro de Convenções. As pessoas estão revoltadas. E o representante da administração que está aqui diz que não pode resolver.”*

E ela acrescentou. *“Isso é péssimo. O evento acabou. 'Nunca mais faremos nada nacional aqui na Bahia', complementa.”* Quem disse isso foi a presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia.

(Lê) *“A assessoria de imprensa da Bahiatursa, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo do estado e responsável pelo Centro de Convenções não foi localizada para comentar o assunto.”*

Esta é a Bahia de Jaques Wagner que acaba nos envergonhando, deputado João Carlos Bacelar. Como pode o Centro de Convenções, tão bem cuidado nos governos carlistas, encontrar-se em tais condições? O Centro de Convenções realizou memoráveis eventos e, hoje, está com falta d'água em seus bebedouros.

Senhores e senhoras, todos aqueles que me assistem agora através do *Canal Assembleia*, pensem em 6 mil médicos participando deste congresso que encontram sanitários sem água e mau cheiro se espalhando pelas dependências do Centro de Convenções. E o representante da Bahiatursa disse que ligou para a Embasa e o

problema não foi resolvido.

De modo que esta é a situação de nosso estado! Cadê as providências? Um congresso dessa monta e desta envergadura, deputado Adolfo Viana, programado há 4 anos? E era de conhecimento da Bahiatursa esse importante evento em Salvador. É desse descaso que estamos a reclamar.

E aqui as contas do governador. Então há de se perguntar: como votar a favor se são tantas incongruências, se são tantos equívocos administrativos? E as ONG's com essas verbas, esses convênios superfaturados? Há de se fazer o questionamento. Alguém, você que está me acompanhando agora no *Canal Assembleia*, sabe de alguma ação duma ONG aí no seu bairro, na sua cidade, no seu distrito? E é repassada a essas ONG's uma verdadeira montanha de dinheiro, uma dinheirama. Esse dinheiro não poderia ser investido justamente na segurança pública, área em que o governo vai mal, cambaleando, tropeçando? Esse dinheiro que é levado, distribuído para a companheirada através das ONG's, não poderia ser investido numa melhor condição para a saúde pública, para tirar dos corredores as pessoas que neles estão sendo atendidas? Esse dinheiro que não se sabe para onde vai nem se há retorno para onde saiu, por que não investi-lo na educação, na construção de uma educação que realmente dignifique você colocar seu filho na escola pública?

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqui fica o nosso posicionamento com essas observações. Senhores que nos assistem das Galerias desta Casa, nunca se fez tão pouco na Bahia, mas ao mesmo tempo nunca se divulgou que se fez tanto por este Estado. Há duas realidades, realidades perceptíveis, concretas, realidades que você pode pegar e pode sentir. Uma é a Bahia da propaganda, a Bahia que é divulgada nos meios de comunicação e a Bahia dos feitos pelo governo. E a outra é a Bahia dos malfeitos, a Bahia do insucesso, a Bahia da negatividade, a Bahia da incompetência!

São duas Bahias. São dois Estados. São dois comportamentos completamente distintos: um você sente na pele, na alma. Você pode sentir, pode tocar, pode pegar esta Bahia que é a Bahia real da falta de segurança, da saúde pública péssima, da educação que é abandonada e está destrozada. A outra é a Bahia da propaganda, do eldorado, daquela velhinha que aparece nas peças publicitárias rindo e dizendo “Meu Deus, nunca observei e chegou agora a água.” É essa Bahia que eles mostram. Mas aquilo, na verdade, são peças publicitárias, é a força do marketing.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Concluo agora, com muito prazer, Sr^a Presidente.

Essa é a Bahia para engabelar os incautos, porque a Bahia real é aquela que nós sofremos na pele e na alma no dia a dia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sra. Presidente.

A Sr. PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Cara presidente, é notório, é visível o esvaziamento desta sessão. Apesar de o painel registrar a presença de 60 Srs. Parlamentares, a gente vê o

esvaziamento quase total. Então, nesse sentido - houve uma troca, e o deputado Sandro Régis vai usar a palavra para fazer um importante pronunciamento -, solicito uma verificação de quórum para que os deputados que estejam em seus gabinetes, na sala do cafezinho ou nos corredores desta Casa venham ouvir o importante discurso a ser proferido por ele.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Srª Presidente, realmente, nesse momento aqui que os deputados, além desse debate importante que o deputado Carlos Geilson coloca, questiona, inclusive, a nossa Bahia, e aí, deputado Carlos Geilson, eu solicito a presença dos deputados que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, em todos os diversos locais para que a gente possa dar presença e garantir esse quorum para uma votação importante com relação às contas do governo do Estado da Bahia. Por isso quero conclamar todos os deputados e deputadas que venham até aqui.

E dizer ao deputado Carlos Geilson que ele fala de uma Bahia, essa Bahia que ele estava falando é uma Bahia que não existe mais, essa Bahia que tinha uma morte infantil alta e que hoje diminuiu consideravelmente, uma Bahia que não tinha atendimento à saúde e que hoje tem hospitais de ponta, onde pessoas de outros estados chegam a vir aqui para serem atendidos nos hospitais públicos, uma Bahia que o Sr. Governador Jaques Wagner e a Presidenta Dilma estão ajudando o governo do DEM, aqui na cidade do Salvador, que tem obras do governo do Estado e do governo federal em todos os cantos da cidade do Salvador.

Então, essa Bahia que V.Exª fala é uma Bahia do passado, a Bahia atual é uma Bahia crescente que cresce mais do que o Brasil do ponto de vista do seu Produto Interno Bruto.

Quero, nesse sentido, Srª Presidenta, pedir que zere o painel, toque as campainhas, chame todos os deputados e separe aqui 15 minutos, por gentileza.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Exª será atendido.

Peço que zere o painel, vamos contar o tempo previsto, enquanto convoco todos para se fazerem presentes.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Srª Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTE (Fátima Nunes):- O deputado Zé Raimundo pediu uma questão de ordem primeiro, me desculpe, deputado Zé Neto.

Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Srª Presidente, gostaria de reiterar o convite aos nobres colegas para que compareçam à votação, dando suas presenças.

Mas, gostaria, Srª Presidente, enquanto aguardamos o quorum, de ressaltar esse momento extraordinário em que a Bahia se insere em uma dinâmica nacional, com obras em todas as regiões, com a presença do governador Jaques Wagner como liderança maior desse projeto e que vem trazendo extraordinários benefícios para todo o interior da Bahia.

Eu tenho presenciado, em muitos municípios, apesar da seca, apesar da queda de arrecadação, apesar das dificuldades dos municípios, eu tenho constatado inúmeras obras do governo do Estado, principalmente no abastecimento de água, em estradas, em construções de escolas na zona rural, nos distritos, apoiando também a economia popular, a agricultura familiar. São tantos os projetos do governador Wagner em parceria com o governo federal que essa seca, graças a esses programas, não produziu aquela imagem que estávamos acostumados a ver nesses momentos.

Por isso é que eu tenho absoluta convicção de que o governador Jaques Wagner vai, com o nosso partido, com a base aliada, vamos, todos, trabalhar para que tenhamos uma grande vitória no próximo ano.

Por isso é que, na verdade, esse discurso dos nossos adversários, os oposicionistas ao governador, não diria inimigos, nem adversários. Na verdade, é uma oposição política.

Então, é um discurso que não casa com a realidade. Veja agora, aqui em Salvador. O governador Wagner, além de trabalhar em todo interior do Estado, realiza também um grande mutirão de obras em Salvador, com o governo do Estado, com o governo federal, com recursos do governo federal para a Prefeitura, a ponto de os próprios apoiadores do prefeito do partido adversário aqui em Salvador reconhecerem que Wagner está sendo um verdadeiro anjo da guarda de Salvador, e a Dilma, a fada madrinha.

Porque este Estado, anteriormente, era perseguido, ou melhor, o governador perseguia os prefeitos. Não havia uma gestão republicana. E com Lula e Dilma, mesmos os adversários são tratados com respeito, como se deve na política.

Vejam que Salvador estava mergulhada numa situação dramática, e agora são obras por todos os lados. Viadutos, duplicação de estradas, mobilidade para melhorar a vida do povo de Salvador e, naturalmente, do Recôncavo. E, conseqüentemente, de toda a Bahia.

Por isso, estou muito feliz com o nosso aeroporto de Vitória da Conquista – a licitação está sendo concluída –, com a Universidade Federal da Bahia, com o IFBA, numa ação extraordinária do governador Jaques Wagner, Sr. Presidente. É por isso que tenho a convicção de que iremos continuar trabalhando, e o povo da Bahia vai reconhecer.

Mais uma vez, convido a todos os deputados da Situação, da base do governo, a comparecerem ao Plenário para dar presença, para que possamos continuar a sessão para votar as contas do governador e também o Fundo de Cultura e outros projetos interessantes.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, por 5 minutos, dentro do período de 15 minutos, para o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro presidente Paulo Rangel, quero dizer ao deputado Zé Raimundo, com todo respeito que tenho pelo professor... Ele disse que a Bahia tem incontáveis obras. V.Ex^a não está enxergando bem, precisa ir a um

oftalmologista com urgência. Eu não sei se na Casa há oftalmologista. Se houver, V.Ex^a tem que ir hoje mesmo. É coisa de urgência, é coisa grave.

Ele está vendo, enxergando incontáveis obras. Eu faço um desafio a V.Ex^a para ir a minha cidade, que vou lhe mostrar várias obras paralisadas neste governo, iniciadas no governo Paulo Souto e paralisadas no governo Jaques Wagner. Aí V.Ex^a vai ter muito o que ver. Abra os olhos, troque os óculos, faça o exame de vista urgentemente.

Com relação ao que disse o deputado Rosemberg, ele também está vivendo numa Bahia fictícia, numa Bahia do desenho animado, numa Bahia da propaganda, na Bahia do *Playstation 4*, que está saindo agora, ele está vivendo na Bahia do videogame. Porque a Bahia real, essa é dura, é cruel, é a Bahia onde a gente sofre, meu caro deputado Rosemberg Pinto. Parece que V.Ex^a vive em outro Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Já há 21 Srs. Deputados, com o deputado Gaban, que está presente. V.Ex^a pediu questão de ordem e tem de dar presença, deputado Gaban.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O deputado Carlos Geilson deveria dar presença, também, já que fala tão bem da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Já há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, hoje, mais uma vez, esta Casa, com os diversos oradores que passaram por aqui, tem demonstrado ao povo da Bahia o desrespeito do governo Jaques Wagner com os baianos. Nesse feriado prolongado, deputado Gaban, os homicídios pipocaram na Região Metropolitana de Salvador. Enquanto o governo comemora a queda dos índices de homicídios no papel, o povo está morrendo nas ruas. Essa é a diferença da Bahia real para a propaganda mentirosa.

Aqui falei, os Srs. Deputados Leur Lomanto e Luciano Simões também falaram da questão do Centro de Convenções. Mais de seis mil médicos vieram para um Congresso de Obstetrícia e Ginecologia e não havia água no banheiro, deputado Euclides Fernandes. Não havia ar condicionado no auditório, deputado Paulo Rangel. Não havia um elevador funcionando. E isso foi comunicado ao governo há dois anos.

O pior é que o secretário Domingos Leonelli esteve aqui, semana passada, e quando o deputado Gaban indagou a ele, na Comissão de Infraestrutura, ele disse que o Centro de Convenções estava muito bem, que não estava abandonado. Imagine, deputado Luciano Simões, se estivesse abandonado. Eu trouxe para cá também, por diversas vezes, o discurso sobre a Bahiafarma. Responderam na Imprensa, responderam no *site* e a Bahiafarma continua abandonada.

É o governo que insiste na propaganda mentirosa. É o governo, deputado Gaban, que não tem responsabilidade com os baianos. Um governo que não assume o papel de governar e continua no palanque, nos discursos e nas propagandas, querendo enganar a população baiana. Mas é por isso que por onde você anda, percebe que esse governo está sendo rejeitado. Porque os baianos não admitem mais ver Pernambuco

prosperar e liderar todos os grandes programas de investimentos tanto público como privado. E ver a Bahia ficar assistindo e fazendo investimentos em propaganda enganosa.

O Sr. Luciano Simões:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, V.Exª coloca com muita perfeição que o último fim de semana, na capital baiana e na Região Metropolitana, foi o mais violentos dos últimos tempos, com mais de 35 mortes. Eu gostaria de ouvir de V.Exª e do deputado Carlos Geilson também, que fez um pronunciamento nesse sentido, se essas mortes estão relacionadas com as filas de presuntos que ficaram no Nina Rodrigues, humilhando as famílias baianas. São corpos que ficaram por horas e horas esperando e as famílias fazendo fila de pessoas e de caixões no Insitituto Médico Legal. Gostaria de ouvir de V.Exª e do deputado Carlos Geilson o porquê dessa coincidência.

Na verdade, a cada fim de semana, em média, são 25 ou 28 homicídios, em Salvador e Região Metropolitana, sem incluir aí todo o interior do Estado. Mas, nesse último final de semana, com o aumento de apenas 10 cadáveres, na capital, será que houve uma falta de atenção também com o Instituto Médico Legal, diante do caos que se encontra? É a Bahia do caos. Hoje, pela manhã, quem ligou o rádio soube que os *ferryboats* só vieram funcionar às 11:30 ou ao meio-dia. A fila começou às 6 horas da manhã e ninguém conseguiu pegar um *ferryboat*, a não ser que tenha chegado aquele grandão que é maior do que a gaveta. Esse não chegou, nem o grandão chegou.

Gostaria de uma explicação do deputado Sandro Régis para fazer o encontro entre o Instituto Médico Legal, a fila de caixões e o aumento de homicídios no último domingo em Salvador.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Luciano Simões, não é só isso. Quando você sai de homicídios, deputado Leur Lomanto Junior, a Jack Motors está abandonada em Camaçari, o mato está tomando conta. É um governo meramente de propaganda. Um governo que insiste, deputado João Carlos Bacelar, na mentira repetidas vezes para se tornar realidade. Não é possível, como o deputado Luciano Simões falou da quantidade de homicídios nesse final de semana em Salvador. E o governo insiste em comemorar a redução da taxa de homicídios.

Ora, é um governo realmente que a cada dia, deputado Leur Lomanto Júnior, se atrapalha, um governo que confunde a ficção com realidade. Mas eu entendo, deputado Leur Lomanto Júnior, como eles vivem em outra Bahia, como eles vivem em outro mundo, perderam o parâmetro da verdade.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte, V.Exª.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Na verdade, deputado Sandro Régis, agradeço o aparte de V.Exª, mas é um desgoverno. Não existe governo. V.Exª trouxe o assunto do Centro de Convenções, um verdadeiro absurdo, uma falta de consideração com os turistas que ali foram participar de um grande congresso com mais de 6 mil médicos.

Deputado Luciano Simões, soube que as pessoas quando chegavam ao banheiro procuravam papel higiênico e não havia, saíam correndo pelo meio da rua para irem a um posto de gasolina fazer suas necessidades, não tinha água, não tinha nada. Como essas pessoas vão retornar aos seus estados? E qual a imagem que vão levar da nossa Bahia, da nossa Salvador, principal Estado do Nordeste? Qual é a imagem que vão levar? Nós que temos esse grande patrimônio histórico natural, temos nossas praias belíssimas, temos a cultura de receber bem os turistas, mas infelizmente está faltando a infraestrutura adequada, está faltando governo como V.Ex^a diz. E estão aí as questões da violência e da segurança.

Hoje é difícil você encontrar alguém que não tenha sido assaltado ou que não tenha um amigo ou um parente que foi assaltado, os bandidos cada vez mais estão perdendo completamente o respeito pelos policiais.

Recentemente, conversava com V.Ex^a, um bandido escalou seis andares e adentrou o prédio do meu avô, o ex-governador Lomanto Junior. Estão cada vez mais perdendo o respeito, perdendo o medo dos policiais. Infelizmente a nossa Bahia, a nossa cidade de Salvador foi manchete no New York Times como uma das capitais mais violentas do País. É um prejuízo muito grande que a nossa cidade, a nossa Bahia está tendo. Às vésperas da Copa do Mundo você ter uma manchete como essa, é um prejuízo imensurável para a imagem da Bahia. A Bahia, um dos estados mais belos do nosso País, não tem um governo que priorize as questões básicas mais importantes para a sociedade, e aí incluo a segurança pública como uma das principais questões, já que é dever do Estado proporcionar segurança para a população baiana.

Então, deputado Sandro Régis, V.Ex^a foi muito feliz e como sempre vai a esta tribuna fazer um relato fidedigno do atual quadro que o Estado da Bahia vem passando.

Um governo de mentira, que empurra os problemas com a barriga, não enfrenta de frente os principais problemas do nosso Estado. Um governo que mente, que faz propaganda enganosa, que divulga um hospital, como o Hospital Regional da Chapada Diamantina, como se já estivesse pronto. E esse hospital foi uma promessa de 2006.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E o *outdoor* do novo HGE?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Ele coloca um *outdoor* no Extremo Sul, deputado Adolfo Viana, como se o Hospital da Chapada já estivesse pronto, operando. Não existe nada, estive lá, agora, e tirei até fotos. Mostrarei a V.Ex^a depois. As obras estão capengando e devem ser terminadas no final do ano de 2014.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Nós iremos terminar, deputado. Nosso governo terminará.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- São tantas as falácias deste governo! Em 2009, eles estavam alertando que inaugurariam a ponte Salvador-Itaparica em 2013, para enganar a população. Como enganou a população que votou no governador Jaques Wagner em 2010. Muitos votaram acreditando que essa ponte seria construída. Não existe ponte, o projeto está todo atrasado.

O governo está passando, cada vez mais, calote nos empresários, não paga ao

funcionalismo público, e as finanças do Estado estão desorganizadas. Esse é o quadro da nossa Bahia, da Bahia do PT, da Bahia do governo Jaques Wagner.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Leur Lomanto Junior, é o verdadeiro governo “Lorotil”, que é a única produção da Bahiafarma.

O deputado Luciano Simões fez alguns discursos aqui e disse que o governador Jaques Wagner iria trazer nova fábrica e novo investimento para a Bahia a cada viagem que fazia.

Deputado, V.Ex^a que tem mandado sua assessoria verificar isso *in loco*, gostaria de saber se chegou alguma nova fábrica para a Bahia?

O Sr. Luciano Simões:- Chegou, deputado. Quero contestar o deputado Leur Lomanto, que foi muito infeliz no seu pronunciamento. Acabei de chegar à Assembleia pela ponte Salvador-Itaparica. Antes, fui comprar um carro na *JAC Motors*, em Camaçari – o carro já se encontra na garagem da Casa –, e paguei o pedágio de R\$ 30 e poucos. Queria vir no *ferryboat* grandão, mas como ele não atracou...

É uma esculhambação esse governo.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Sandro Régis, plagiando o prefeito ACM Neto na campanha contra Nelson Pelegrino: “O saco de mentira deste governo é inesgotável.”

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele não diz mais isso, não. Duvido! Quero fazer uma aposta.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Rosemberg Pinto, às vezes me pergunto se o Líder do governo, deputado Zé Neto, consegue colocar a cabeça no travesseiro e dormir? O Zé Neto aguerrido, que subia a essa tribuna, protestava, gritava, esperneava e queria se jogar lá de cima das Galerias Paulo Jackson para o Plenário, hoje, é o deputado Zé Neto que concorda com tudo de errado que está aí, no Estado da Bahia.

Portanto, deputado Sandro Régis, vivemos numa Bahia – e V.Ex^a fez uma leitura muito coerente da situação do nosso Estado – que vive um verdadeiro descalabro administrativo. A Bahia está sem rédeas, sem comando, à deriva, governada pelo Partido dos Trabalhadores.

E ainda falam em eleger o sucessor. Sucessor para quê? Para continuar os desmandos?

Deputado Rosemberg Pinto, esse saco de mentiras do qual ACM Neto tanto falou em campanha é inesgotável, não tem fim. O pessoal não perde a mania de continuar mentindo, inventando, criando.

Existe prêmio Nobel para a mentira? Vamos criar o prêmio Nobel da Mentira, porque, com certeza, a companheirada iria bater o *record* de ganhar esse prêmio. É bom que seja no dia 1º de abril. A fila começaria pelo Líder do governo, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Vice-Líder, secretários, governador, faria

uma fila inesgotável, interminável, para receber o prêmio nobel da mentira, estrelando Partido dos Trabalhadores, Jaques Wagner e a sua companheirada.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Carlos Geilson e deputado Leur, eles têm tanta capacidade de transformação que querem convencer o Brasil de que não existiu o mensalão e que os presos estão perseguidos politicamente. Imaginem, eles querem subestimar a inteligência do povo brasileiro. O mensalão, deputado Luciano Simões, foi o maior esquema de corrupção comprovado neste País. A Justiça comprovou! Os fatos comprovaram! E esquema esse criado e orquestrado pelo PT. E, agora, eles querem convencer o Brasil, deputado João Carlos Bacelar, de que o mensalão não existe e isso é prisão política. Li há poucos instantes que pedirão *impeachment* de Joaquim Barbosa no Senado.

Ora, meus senhores, o Partido dos Trabalhadores perdeu a noção, não está escutando...

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, logo que o PT entende que o mensalão não existiu, o crime de corrupção e de ladroagem feito pelos deputados do PT e pelo ex-ministro José Dirceu, manda eles para o presídio de Vitória da Conquista que também não existiu apesar de anunciado há 7 anos pelo governador Jaques Wagner.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E o pior de tudo é que começa o discurso de que não existe mensalão, que é uma ficção e que foram presos políticos. Espere aí, rapaz! É querer, deputado João Carlos Bacelar, desrespeitar o brasileiro. É querer desrespeitar o Brasil. É fazer chacota da inteligência do povo brasileiro. E querer o *impeachment* de Joaquim Barbosa, porque fez valer da lei! E essa lei tem que valer para qualquer um, para qualquer político que meta a mão e lese os cofres públicos. Não é possível! Querer dizer que não existe mensalão! Pelo amor de Deus, deputado Alan Sanches! Dizer que é perseguição política e que o Brasil voltou à ditadura! Imaginem os senhores que quem quer fazer ditadura é o PT calando a boca da imprensa, querendo comprar todos os partidos políticos e desmoralizar o político brasileiro. Se a ditadura voltar a este País, voltará através da política do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com um aparte, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, o paradoxal disso é que sempre os ditos políticos de orientação ideológica de direita é que foram acusados de serem golpistas. Hoje, o Partido dos Trabalhadores repete tudo aquilo que condenava, porque eles estavam armando um golpe em cima do Supremo Tribunal Federal ao desrespeitar o presidente do Supremo e ao desrespeitar o colegiado do Supremo. Se foram mal escolhidos, o presidente Lula e a presidente Dilma que indicaram 8 ministros para a mais alta Corte. E não levaram à frente os seus pensamentos golpistas, porque não tiveram repercussão na sociedade brasileira. Ninguém apoiou essa tese do PT na sociedade brasileira, a não ser os mesmos companheiros.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, nobre deputado João Carlos Bacelar, quero dizer que sentimos nas ruas a vontade de mudança e a insatisfação dos baianos com o governo da propaganda mentirosa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, V.Ex^a fica muito bem nessa cadeira também.

A minha questão de ordem é para dizer que estive, agora, com o presidente Marcelo Nilo no Comando da Polícia.

A nossa deputada Maria Luiza Laudano já esclareceu em parte o questionamento que fizeram a respeito da possível irregularidade na compra de *ferryboats*. Tive contato, agora, com o secretário de Infraestrutura, Otto Alencar, e ele disse que todo o processo licitatório foi acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como pela Procuradoria Geral do Estado, o que garante toda a lisura do processo.

Se a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, responsável por acompanhar isso, quiser, amanhã mesmo o Dr. Eduardo Pessoa, da Agerba, estará aqui, acompanhado pela assessoria técnica, estará aqui para prestar qualquer tipo de esclarecimento. Não há problema algum.

Agora, esse senhor que fez a denúncia, com certeza, deve estar a serviço de um outro grupo político, querendo melar todo esse processo do *ferryboat*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Gaban. V.Ex^a já está inscrito para fazer uso da tribuna.

O Sr. Gaban:- Sim, eu sei, Sr. Presidente. Antes, porém, tenho uma questão de ordem, meu caro presidente Paulo Rangel.

Eu gostaria, deputado Paulo Rangel, de dizer o seguinte: me pronunciarei como normalmente faço, com dados, com números, com elementos, para que os deputados possam também debruçar-se sobre os assuntos de interesse do nosso Estado. E eu não vou – me sinto até mal, porque eu estudo muito as matérias – falar para um Plenário vazio, apesar de o painel indicar a presença de 60 Srs. Parlamentares.

Tendo em vista o esvaziamento total do Plenário – podemos ver apenas 6 ou 7 parlamentares da Base do Governo –, solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Fico me perguntando o motivo de usar de forma abusiva, deputado Gaban, a questão de ordem para pedir verificação de quórum. Estamos numa sessão extremamente movimentada, e as pessoas, às vezes, saem para irem ao cafezinho.

Quero convocar todos os deputados presentes nesta Casa, deputado Elmar Nascimento, deputado Bruno Reis, para que pudessem comparecer ao Plenário e registrar as presenças, e, assim, garantir a continuidade da presente sessão.

Por gentileza, deputado Paulo Rangel, solicito que o painel seja zerado, as campanhas sejam acionadas e os 15 minutos sejam marcados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Solicito que o painel seja zerado e os 15 minutos regimentais sejam marcados.

Quero alertar os Srs. Deputados que existe uma questão de ordem feita pelo deputado Gaban, solicitando a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, enquanto aguardamos a presença da Bancada da Situação no Plenário para garantir a continuidade da presente sessão, eu gostaria de lembrar aos deputados da Situação que esse tema do mensalão deve ser observado com muito cuidado, porque envolve o mundo da política...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado Gaban, por favor marque a sua presença...

O Sr. Gaban:- Só um momento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado Gaban, V.Ex^a tem de marcar a presença.

O Sr. Zé Raimundo:- Já há quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Já há quórum para a continuidade da presente sessão.

O deputado Gaban sempre cobra, aqui, a postura dos deputados. V.Ex^a está pedindo questão de ordem e não está marcando a presença. Na hora em que se faz o pedido de verificação de quórum, o deputado deve marcar a presença.

Não não vou mais fazer contagem, não concederei questão de ordem ao deputado que pedir e não marcar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente Paulo Rangel, não entendo o seu nervosismo. Eu o trato com tanta gentileza, V.Ex^a também me trata com gentileza, mas subiu à presidência e exacerbou, ficou nervoso. Disse que não me concederia uma questão de ordem. Meu caro presidente, me trate bem, porque o trato muito bem.

O deputado Alan Sanches, Líder do PSD, disse que o problema do *ferryboat*

não existe. Pelo que me disseram, a acusação é uma denúncia de um grupo político adversário. Aliás, não há grupo político adversário. Deputado Alan Sanches, o desejo de V.Ex^a é de que, no próximo ano, estejamos todos juntos na política baiana.

A denúncia não é vazia, evasiva, sem sentido. Temos de saber por que o Derba está gastando R\$ 9 milhões e 880 mil, aproximadamente R\$ 10 milhões, para ampliar o calado das gavetas. O próprio Líder do governo veio – não poderia ser diferente, e quero parabenizá-lo – e disse que estava errado e teriam que ampliar. Não tem como negar, porque senão o Derba não estaria gastando R\$ 10 milhões, com dispensa de licitação, regime de urgência, com um prazo de 105 dias, para aumentar a largura dos ancoradouros, tanto de Salvador quanto de Itaparica.

Meu querido amigo, deputado Alan Sanches, não acredito que as informações que lhe passaram tenham vindo do secretário e vice-governador Otto Alencar. Não é favor nenhum o gerente da Agerba vir a esta Casa, é obrigação dele prestar esclarecimento. Por que o Estado está gastando R\$ 10 milhões? E dizer também, meu caro deputado Alan Sanches, por que o Estado comprou um *ferryboat*, que estava pronto...

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. GABAN:- Concedo com o maior prazer.

(...) Em 30 dias ninguém consegue fabricar um *ferryboat*, mas como os *ferryboats* estavam lá, o Estado negociou. Empresários que não participaram da licitação dizem que o Estado está pagando por dois *ferryboats* o que daria para comprar três. As razões devem ser esclarecidas por esta Casa. O pior, gasta R\$ 10 milhões, está aqui o Derba contratando, foi publicado no dia 6 de novembro de 2013, com dispensa de licitação para ampliação. O gerente da Agerba deve vir explicar a nós, parlamentares, e dar satisfação à sociedade como ficarão os *ferryboats* existentes.

O que dá estabilidade, na hora em que ancoram, é exatamente eles estarem justos no momento em que entram. Tanto é que existem as proteções laterais, com pneus ou coisa parecida, para que o *ferryboat* fique justo. Aquela plataforma que desce, apoia-se no cimento. Na medida em que se amplia para que os dois *ferryboats* possam entrar, haverá uma largura maior. Então, não haverá estabilidade nos *ferryboats* existentes.

Uma coisa é certa: os R\$ 10 milhões são necessários para esses dois *ferryboats*, caso contrário eles não poderão ancorar. E os outros *ferryboats*? Como eles vão ter a estabilidade, já que não têm a justeza na hora em que entram para poder dar a garantia quando os carros estão descendo, sobretudo num dia em que a maré estiver alta ou houver grande movimentação? Não sei. É por isso que ele tem de vir aqui para explicar.

Concedo o aparte ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre querido amigo que estimo, na verdade fico a cada dia mais estimulado a seguir os seus passos, porque vejo que V.Ex^a tem um conhecimento multifacetado. Conhecimento de contador, administrador, engenheiro, médico. Mas, se fosse para questionarmos dispensa de licitação, dois meses atrás

houve uma da prefeitura de 6 milhões para consultoria. O senhor acompanhou isso. Consultoria é o saber, é o conhecimento. Estamos falando duma obra de infraestrutura que vai custar 10 milhões.

Esses *ferryboats* que foram comprados são 4 vezes maiores do que o Ivete Sangalo, do que o Pinheiro. Esses novos vão transportar 200 carros e mais 1.600 passageiros. V.Ex^a há de convir que a sociedade precisa, porque era um caos essa travessia marítima.

O Sr. GABAN:- Esse final de semana foi um caos.

O Sr. Alan Sanches:- Não, os jornais noticiaram que foi cheio porque foi um feriado longo. Não foi caos. Foi ordeiro, tranquilo, mas com filas. Tenho certeza que se, através da Comissão de Infraestrutura, o senhor quiser fazer um convite ao Dr. Eduardo Pessoa, até amanhã ele estará aqui com toda a assessoria técnica. Basta que faça esse convite. Já tive contato com o secretário de Infraestrutura, que virá a esta Casa trazer os esclarecimentos totais, pois o que precisamos é dar celeridade ao transporte marítimo. E também tenho certeza que V.Ex^a irá comigo.

O Sr. GABAN:- Meu caro amigo Alan Sanches, eu não estou questionando o processo de dispensa de licitação. Há um parecer, inclusive exarado pelo departamento jurídico do Derba. Quando existem motivos e razões para a urgência, é permitido em lei.

O que estou questionando é na hora em que você ampliar as gavetas, qual a estabilidade que terão os barcos hoje existentes. O questionamento é técnico, e não jurídico a um processo de dispensa de licitação. É que o governo comprou sem ter planejado um *ferryboat* maior. O que questiono neste momento é que o governo comprou dois *ferryboats* mais largos do que as gavetas existentes. Na hora em que ele contrata 10 milhões para ampliá-las, os barcos já existentes não terão estabilidade, porque o que dá estabilidade é a estrutura atual quando eles entram.

Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Gaban, o que a população não entendeu ainda é o que o diretor da Agerba foi à televisão dizer que estava tudo redondo, que o *ferryboat* chegava e seria ancorado automaticamente. E convidou o povo de Itaparica e da região do Recôncavo para a inauguração lá pelo Natal. Então, no Natal, todo mundo vai de *ferryboat* novo. Mas como, depois dessa licitação de surpresa de 105 dias, temos mais o Inema, o Ibama e a Marinha, vamos para o são-joão - e, olhe lá, até ao são-pedro - inaugurar, talvez daqui a dois anos, os novos *ferryboats* ancorados.

O Sr. GABAN:- Mas, provavelmente, deputado Luciano Simões, a ponte Salvador-Itaparica vem à tona de quatro em quatro anos por causa das eleições. “*Talvez, ela esteja pronta ao final da primeira gestão!*”, isso era a promessa deste governo, lembram? Eles disseram que, ao final da primeira gestão – que já se foi – a ponte Salvador-Itaparica estará pronta. Isso seria uma realidade. Agora, ponte Salvador-Itaparica volta a ser manchete porque será realidade no dia do Papai Noel.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo um aparte ao meu querido Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Gaban, qual é o dia desta publicação de dispensa de licitação para adaptação?

O Sr. GABAN:- Foi publicado no Diário Oficial de 06 de novembro de 2013.

O Sr. Elmar Nascimento:- E a licitação para a compra do *ferryboat*?

O Sr. GABAN:- Não tenho esta data, meu caro Líder.

O Sr. Elmar Nascimento:- Bem, isso foi há mais de três meses e significa dizer que eles não sabiam!

O Sr. GABAN:- Claro, lógico.

O Sr. Elmar Nascimento:- Eles são, no mínimo, imprevidentes, porque se soubessem, teriam iniciado a obra três meses atrás para que, em dezembro, no verão, quando recebessem o *ferryboat*, o mesmo poderia ser utilizado. Esta obra só estará pronta depois do Natal, depois do Ano Novo, depois do carnaval, depois do verão! Em outras palavras, esta obra não servirá para, absolutamente, nada.

Isso demonstra ter sido uma licitação guiada para beneficiar essas empresas ao pagar mais caro do que o valor de mercado. E o pior de tudo: a Bahia, mais uma vez, irá para o anedotário nacional! A Bahia comprou um *ferryboat* que não cabe na gaveta! Se não fosse trágico, seria cômico.

Há pouco, me contaram uma história de um município no interior da Bahia, onde o prefeito contratou um empreiteiro para fazer uma quadra para múltiplos esportes. Marcou a data da inauguração. O empreiteiro foi. E, na hora de se fazer a quadra de basquete, mediu-se a área pela bola de vôlei. Fizeram jogo de basquete e a bola não passava na caçapa.

É a mesma coisa que aconteceu com a Bahia! Infelizmente, a Bahia está sendo administrada desta forma, qual seja, ou por incompetência ou por corrupção. Não há outra justificativa. Como diz a presidente Dilma, são os malfeitos, melhor, são os malfeitos do governo federal que chega, agora, ao governo do estado da Bahia.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. GABAN:- Meu caro deputado e Líder Elmar Nascimento, seria como construir um edifício de garagem cuja entrada é menor do que a largura de um carro. Portanto não poderia ser utilizada.

Infelizmente, é isso que nós estamos vendo. Infelizmente, é o dinheiro público desperdiçado. No mínimo, R\$ 10 milhões serão jogados fora com a falta única e exclusiva de planejamento, com um editorial de licitação mal elaborado, que não teve o cuidado sequer de ver a largura das gavetas existentes nos ancoradouros não só aqui em Bom Despacho como em Itaparica.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Com a palavra, para um aparte, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Se essa largura específica fosse colocada em edital, V.Ex^a chegaria aqui, claro, e diria que fizeram direcionado, que já tinha sido colocada, inclusive, a distância do *ferry* que seria comprado.

O objeto era o volume de veículos e tamanho para que pudéssemos, evidentemente, ter uma maior ocupação do *ferry* com mais passageiros. São 1.200 passageiros em um deles; 180 carros, em outro. Temos, ainda, um outro *ferryboat*

com, aproximadamente, 210 veículos. O valor médio é de R\$ 165 mil por carro.

O Ivete foi um outro *ferry* que compramos ao custo de R\$ 665 mil. Por quê? Porque ele pega menos carros. O nosso maior *ferry* é o Agenor Gordilho que comporta 90 veículos. Dos dois *ferries* que estão chegando, o menor vai comportar o dobro do Agenor Gordilho. Claro, iria ter um espaço maior. Claro. Evidentemente... Se houvesse essa antecipação, aí V.Ex^a também iria reclamar. Então, digo-lhe que o secretário Otto acompanhou todo esse processo, inclusive já foi colocado aqui pelo deputado Alan Sanches, todo o processo foi acompanhado pelo Tribunal de Contas, o próprio Ministério Público tem acompanhado o nosso esforço, e não há necessidade nenhuma...

Digo a V.Ex^a que quaisquer dúvidas, se colocá-las por escrito, vamos respondê-las todas, porque sei que V.Ex^a é um deputado preocupado com os destinos da Bahia, com o bem-estar do nosso povo.

O Sr. GABAN:- Meu caro Líder do governo, futuro Líder da Oposição nesta Casa, Zé Neto, se V.Ex^a não tivesse sido injusto comigo eu até incorporaria o seu aparte. Só não vou incorporá-lo porque V.Ex^a diz que se tivesse no calado eu viria aqui denunciar de qualquer maneira. V.Ex^a sabe que eu não tenho tido esse comportamento. V.Ex^a está sendo injusto.

O Sr. Zé Neto:- Não, V.Ex^a não entendeu. É porque aí V.Ex^a teria razão, porque se tivesse sido colocado o tamanho exato V.Ex^a denunciaria.

O Sr. GABAN:- Não, eu não viria denunciar, porque...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a denunciaria. Sabe por quê? Porque se fosse feito dessa forma, haveria um direcionamento para uma largura “Y” e ou “X”. E, aí, como é que se se vai para uma licitação mundial dizendo que deve ser dessa largura? O que encaixasse, iria dizer que estava direcionado.

O Sr. GABAN:- Prezado deputado Zé Neto, V.Ex^a não pode ser injusto comigo. Em momento algum eu questionei o processo licitatório. Em momento algum eu questionei a lisura de uma dispensa de licitação. O que me preocupa é o governo ter comprado dois *ferries* que não entram nas gavetas. O que estou preocupado é o governo ampliar essas gavetas e não dar a estabilidade para os outros *ferryboats*. É essa justificativa técnica que estou pedindo, porque não se pode dar tranquilidade para a população, sobretudo àqueles que diariamente utilizam o *ferryboat* para vir trabalhar ou que façam os dois sentido, estudantes que vêm para cá, será que vai ter estabilidade, sobretudo e acima de tudo no dia de turbulência no mar, para os *ferries* existentes? Que destino será dado para os *ferries* que hoje estão trafegando? Esse é o meu questionamento e acho que é obrigação da Comissão de Infraestrutura convidar ou convocar o secretário da área para vir aqui dar os esclarecimentos. Tenha certeza, deputado Zé Neto, V.Ex^a é testemunha, neste ano todo, toda e qualquer colocação que tenho feito aqui, o que tenho feito são críticas construtivas, fundamentadas em estudos que tenho feito. Muitas emendas V.Ex^a acatou, o governo acatou. Fico grato porque mostra o trabalho sério que nós da Oposição estamos fazendo e valoriza também o Poder Legislativo, na medida em que o governo está acatando emendas que nós estamos apresentando para enriquecer os

projetos que aqui estão.

Recentemente, e todo mundo sabe, a grande colaboração que demos ao projeto do Corpo e Bombeiros que o governo retirou e que ia penalizar, mais uma vez, toda a população do Estado da Bahia, que ia pagar uma taxa inconstitucional por um serviço que não é prestado rotineiramente, como água, luz... Esse projeto da taxa era inconstitucional! Damos a nossa contribuição: pedi vista ao processo, e V.Ex^a reconheceu que era inconstitucional. Fico grato, porque mostra a importância de discutirmos os projetos e todos os encaminhamentos que há na Casa. Aquele mesmo que já falei hoje, deputado Zé Neto, que V.Ex^{as} também acataram dos 10 anos ininterruptos, foi emenda nossa, também fizemos três emendas que foram acatadas. Foi bom? Foi bom não só para a Oposição. Foi bom para a Oposição, sim, porque mostra seriedade, mas bom para o governo, foi bom para aqueles ocupantes que dedicaram sua vida ao serviço público do Estado, independente de grupos políticos que estejam administrando. Temos que fazer a coisa pensando no futuro. E é esse posicionamento que temos tido aqui na Casa: fazer emendas aos projetos para enriquecê-los, para valorizar o trabalho nas comissões.

É por isso, meu prezado amigo deputado Zé Neto, tivemos alguns entrevistos por conta daquele projeto que aumentou a alíquota da bebida, mas depois V.Ex^a me explicou, convenceu-me que não sabia daquilo. Para mim é um assunto encerrado. Eu acho que o Parlamento é isso. Se há discordância, mostra-se, mas tenha certeza absoluta, deputado Zé Neto, que hoje eu iria utilizar a tribuna para fazer outras considerações que dizem tudo o que fiz, mas não vai faltar oportunidade. Tenha certeza que da minha parte, e da Oposição, quando vir aqui, à tribuna, não farei crítica por fazê-la. Farei se for devida.

Mas também, e V.Ex^a é testemunha, tenho defendido na Oposição os projetos quando são bons e não lhes cabem ressalvas, e os aprovamos por acordo. Hoje, mesmo, havia feito uma proposta de acordo para que pudéssemos votar a PEC da emenda impositiva. Somos favoráveis a ela porque não é uma PEC que vai atender a um governo,...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:-(...) mas vai fortalecer o Poder Legislativo da Bahia, independentemente de quem seja o governador.

Essa PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados e pelo Senado. Virá, naturalmente, uma segunda votação porque é originária da Câmara dos Deputados. E vai ser votada, e será uma coisa que de uma forma ou outra vai chegar à Bahia e a todos os estados.

Então, estaríamos apenas antecipando algo que iria valorizar o deputado da Casa, inclusive, não é nem da Oposição, é da Base do governo, que apresentou a PEC. Isso seria uma forma de prestigiá-lo, mas, acima de tudo, de prestigiar o Poder Legislativo do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra, pelo tempo de 20

minutos, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, estamos aqui discutindo o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Estado da Bahia, Poder Executivo, Exercício 2010.

O primeiro aspecto dessas contas é o resultado da votação no Tribunal de Contas do Estado. O conselheiro França Teixeira votou pela desaprovação das contas. Os conselheiros Manoel Castro, Pedro Lino e Inaldo Santos Araújo votaram pela aprovação, mas com ressalvas. E o Ministério Público de Contas indicou também a aprovação das contas com ressalvas.

Ou seja, um conselheiro votou pela desaprovação das contas, três votaram pela aprovação com ressalvas e o Ministério Público de Contas também orientou e opinou pela aprovação das contas com ressalvas. Mas o Tribunal de Contas do Estado, infelizmente, deputado-presidente, é famoso por sua ineficiência. e os próprios conselheiros, ao darem os seus votos, chamaram a atenção de que o TCE não cumpre com suas obrigações.

Por exemplo, está aqui, na página 157 do Relatório: “Nós todos, que já trabalhamos com elaboração de relatório de contas, sabemos do trabalho insano que representa. Lamentavelmente, não por conta da quantidade de auditores que temos aqui, de excelente nível, mas, sim, por conta do conjunto da obra. Nós, como instituição, nós, como Tribunal de Contas, não temos tido eficiência que se esperaria de uma Corte como a nossa e de vencimentos...”

O conselheiro reconhece – justiça seja feita – que os vencimentos deles estão muito acima da responsabilidade que o Tribunal de Contas do Estado tem tido. É o tribunal uma composição altamente política e ineficaz. Quanto a este último item, os próprios conselheiros reconhecem, aqui, em seus votos. Um dos primeiros motivos para que essas contas fossem aprovadas com ressalva é a falta da controladoria geral de contas do estado.

Quem, aqui, lida com o Tribunal de Contas dos Municípios? Quem acompanha a vida de municípios e de prefeitos sabe que o Tribunal de Contas dos Municípios tem, deputada Maria Luiza Laudano, desaprovado contas municipais simplesmente porque o município não tem uma controladoria.

O que faz o Tribunal de Contas do Estado? Nada! Todo ano o TCE recomenda ao governo do estado, todo o ano o TCE recomenda ao secretário da Fazenda e todo o ano o TCE recomenda ao governador constituir a controladoria geral.

E o Executivo estadual faz ouvidos de mercador. Como? Que competência tem? Que conhecimento técnico tem um tribunal como o Tribunal de Contas do Estado da Bahia com a estrutura que tem para, sem que haja uma controladoria independente no governo do estado, examinar essas contas?

Todos – nós aqui na Assembleia Legislativa assim como todos os conselheiros do TCE – cobramos, desde 2002, uma controladoria independente do estado. E não se toma uma providência nesse sentido.

O que é governar? O que significa a palavra governo? Governo é, até, uma linguagem de origem náutica: lembra o *ferryboat*. Governo é levar a embarcação para

um porto seguro. Então, do ponto de vista político, o governo tem este significado, qual seja, conduzir a embarcação para um porto seguro.

E, hoje, cada vez mais, a tecnologia nos leva à ideia de que esta condução se dá por equipamentos extremamente modernos como o GPS. Do ponto de vista da administração pública, o equipamento mais moderno e o mais desafiante que se tem é o planejamento. Ora, planejamento é, realmente, algo de fantástico da modernidade, exatamente porque dá juridicidade à política. Lamentavelmente, no estado da Bahia, não é possível se fazer este controle porque falta exatamente um órgão capaz de criticar e de fazer um acompanhamento da implementação do planejamento.

Deputada Maria Luiza Laudano, não estamos aqui dizendo que secretário A ou secretário B é corrupto. Mas não se pode aprovar contas de um ente da Federação que não tenha uma controladoria que critique o gasto do governo, que fiscalize os processos licitatórios e que verifique a execução orçamentária.

Infelizmente, na Bahia, já não tínhamos. E, com 7 anos do governo do PT, continuamos sem ter um órgão de controle interno dos atos do Executivo, principalmente nas áreas orçamentária e financeira.

Criaram-se secretarias para tudo como para relações internacionais que nunca fez um acordo de cooperação com a Bahia. Criaram a secretaria para portos que é a Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária. Outro dia, perguntou-se, aqui, quem era o secretário dessa última referida. Tal secretaria não tem atuação ou destaque nenhum. Nenhum deputado soube, aqui, dizer o nome do secretário da área de portos.

Apesar de tudo isso, não se cria a controladoria!

Para evitar qualquer análise distorcida, a urgência da implantação de um sistema de controle interno, no estado da Bahia, composto por um corpo funcional competente e independente, é indiscutível. Mas, somente em face disso, há de se considerar o fato de que a proposta, para a criação de tal controladoria, até hoje, não foi encaminhada para o debate no poder competente.

Isso só é motivo de desaprovação das contas. E isso o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia faz com os prefeitos dos municípios pequenos. Aqueles prefeitos sem maior representação política.

Outro fato que chama a atenção nas contas de 2010 do governador é a execução de despesas na área da educação.

(Lê e comenta): Desde 2005, a aplicação dos recursos na área da educação tem caído no Estado da Bahia. Em 2005, os percentuais da receita resultantes de impostos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino era de 30.44, baixou para 28.96 em 2006; 27.06 em 2007; 27.6 em 2008; 27.4 em 2009; e 2010 foi o ano que menos se aplicou receita de impostos na educação no Estado da Bahia – 26.6%.

Essa participação da receita resultante de impostos aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino saiu de um patamar em 2005 de 30.44, decresce em 2006, ainda na administração do governador Paulo Souto, passando para 28.96 em 2007, início do governo Wagner. 27.06 em 2008. E tem esse grande decréscimo em 2010 para 26.6. E é o governo que diz que educação é prioridade.

Um Estado com os mais baixos índices de desenvolvimento da educação no Brasil. A aplicação dos recursos na educação, diferentemente do que diz o Sr. Governador, vem diminuindo. E não temos um Tribunal de Contas eficiente para ver se esses 26.6% dos recursos aplicados são realmente em despesas com educação.

Mas, por falar em educação, nós encontramos aqui também na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do estado uma série de problemas na execução da despesa de pessoal na área da educação. São as seguintes as ocorrências verificadas pela auditoria nas contas de pagamento de pessoal na área da educação.

Pagamentos realizados com base em contratação ilegal de pessoal. Qualquer prefeito de interior, Sr. Presidente desta sessão, deputado Rosemberg Pinto, o Tribunal de Contas dos Municípios desaprovava as suas contas se tivessem realizado pagamentos com base em contratação ilegal de pessoal. Pagamentos realizados a prestadores sem a qualificação adequada para o exercício da função de professor, além da diminuição de recursos na função educação, além da contratação ilegal de pessoal. O que o relatório do Tribunal de Contas aponta? Aponta que esse pessoal contratado para a área da educação é um pessoal que não tem a qualificação. É o filho do trabalhador tendo como professor um profissional desqualificado. E isso no governo do Partido dos Trabalhadores.

Falta de padronização de documentos, falta de retenção do Imposto de Renda na fonte, pagamentos indevidos a prestadores de serviço – prestadores de serviço que não prestaram os seus serviços na área da educação – e, finalmente, deficiência na comprovação da frequência dos prestadores de serviço temporário. A Secretaria da Educação não tem nenhum controle da frequência desses chamados PSTs – 25 mil contratados através do REDA, sem nenhuma espécie de controle.

Outro ponto dessas contas para o qual se deve também chamar a atenção, o que obrigaria o Tribunal de Contas do Estado, no mínimo, a aprová-las com ressalvas, é a questão do Estádio da Fonte Nova. Os auditores do Tribunal de Contas, desde o início de 2010, afirmam que não havia projeto básico nem projeto executivo na obra da Fonte Nova. Que prefeito da Bahia vai fazer qualquer licitação – da menor obra que seja, pode ser até do atracadouro dos navios do *ferryboat* – sem que haja os projetos básicos e executivo? Com certeza, seria motivo de desaprovação da prestação de contas desse município.

E na Secretaria da Justiça, no ano de 2010? Aí é um caos total! Quem leu o relatório... Não estou me referindo ao relatório do conselheiro Pedro Lino nem aos votos dos conselheiros Manoel Castro e França Teixeira, estou falando do voto do conselheiro Filemon Matos.

A área da justiça, a área da administração penitenciária do Estado, no ano de 2010, deputado Rosemberg Pinto, está caracterizada como um verdadeiro caos. Presídios que deviam ser construídos e não foram; superlotação na Penitenciária Lemos de Brito; problemas na alimentação, nos serviços de limpeza. Enfim, um total desrespeito aos direitos humanos.

Citei aqui – até pela limitação de tempo, em função da discussão apressada de um relatório de mais de 300 páginas – cinco ou seis pontos. Volto a dizer que

exigiriam, no mínimo, que o Tribunal de Contas do Estado recomendasse a esta Casa a aprovação dessas contas com ressalvas. Mas não o faz porque há uma associação muito grande entre o TCE e o Poder Executivo, infelizmente.

Isso não poderia ser também uma peça para a imprensa sensacionalista, mas as questões técnicas levantadas aqui, no mínimo, recomendariam que essas contas do governo do Estado, do exercício de 2010, fossem aprovadas no Tribunal com ressalvas.

E aí a outra ponta da distorção na apreciação dessas contas: que corpo técnico a Assembleia Legislativa disponibilizou para análise dessa prestação de contas, à exceção do esforço individual do deputado Luiz Augusto, que, acredito, se debruçou e estudou o relatório. Mas não temos na Casa um assessoramento para essa função, que, volto a dizer, é a função mais importante do Legislativo.

Qual é a independência do Legislativo? Que função social tem o Legislativo que não dispõe nem de equipe técnica para analisar as contas do governador, para acompanhar as contas do governador?

E aqui, em função disso, resta-nos duas posições: ou transformar em espetáculo, fazer a denúncia apenas como instrumento de oposição, ou ficarmos calados, sem participar, sem examinar, para atender apenas ao interesse do Executivo.

Se tivéssemos um órgão auxiliar do Legislativo que funcionasse realmente como órgão auxiliar do Legislativo, que prestasse satisfação ao Legislativo e não apenas tivesse o interesse de reverenciar o governador do Estado, seja ele qual for, seja de que partido for!... É assim que se forma, infelizmente, o corpo do Tribunal de Contas de Estado. Essa é a triste realidade!

Por isso, mesmo sem apontar casos de corrupção ou escândalos aqui, tecnicamente essas contas não podem obter desta Casa o voto pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Em apreciação o requerimento do deputado Zé Neto, solicitando a prorrogação da presente sessão por 600 minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Com a palavra o deputado Bruno Reis, por até 20 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Gostaria de solicitar a V.Ex^a que realizasse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito de V.Ex^a que marque os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Por gentileza, zerem o painel.

Atendendo à solicitação de verificação de quórum do deputado Bruno Reis e

do deputado Zé Neto, quero chamar todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho para registrarem suas presenças para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, se V.Ex^a observar as notas taquigráficas, o deputado Zé Neto pediu, simplesmente, para marcar os 15 minutos. Ele não pediu que fossem convocados os deputados. Peço que V.Ex^a se atenha apenas a marcar os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Sem problema algum, vou atender à solicitação de V.Ex^a.

(É registrada a contagem dos 15 minutos.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos que nos ouvem e que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho hoje a esta tribuna para discutir as contas do governo do Estado da Bahia relativas ao ano de 2010. As tão famosas contas de 2010, nobre deputada Kelly Magalhães, as contas do ano da reeleição do atual governador, contas estas que têm uma série de irregularidades.

No ano de 2010, e aí me lembro muito bem, fazendo uma comparação em relação ao ano de 2006, a gente chega à conclusão, nobre deputado Reinaldo Braga, que a herança maldita, deixada do primeiro governo para o segundo governo Wagner, é muito pior e maior do que a herança maldita que muitos deputados desta Casa, no início de 2007, diziam que haviam recebido do então governador Paulo Souto.

Nobre Líder Zé Neto, vocês, deputados em 2007, diziam que receberam o governo com as contas arruinadas, com a herança maldita, e passaram praticamente o mandato todo justificando a inoperância, a incapacidade administrativa, a falta de projetos, a falta de obras estruturantes, de programas que pudessem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos baianos, alegando que tinham recebido o Estado com as contas acabadas, arruinadas, uma verdadeira herança maldita.

E aí, nobre Líder Zé Neto, vamos comparar aqui as contas de 2010 com as contas de 2006. De restos a pagar foram 274 milhões de reais, de DEAs mais 600 milhões de reais, totalizando quase 1 bilhão de passivo de um exercício para o outro, enquanto o governo Paulo Souto deixou apenas, entre restos a pagar e despesas deixou 300 milhões de reais.

Portanto, nobre Líder Zé Neto, a herança maldita do primeiro para o segundo governo de vocês é três vezes superior à possível herança maldita que vocês alegam terem recebido do governo em 2007. E no escrito estavam diversos empenhos que foram cancelados para tentar fechar essas contas. Vocês, sim, cancelaram ainda mais 600 milhões de reais de débitos para que estas contas que deveriam ter sido rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado fossem maquiadas. Então, fizeram uma verdadeira maquiagem nas contas e encaminharam para o Tribunal. Ora, ora, minhas amigas e

meus amigos, nobres deputados e deputadas! Se houvesse independência dos Tribunais, nobre deputado Rosemberg Pinto, se naquela Casa ou em qualquer outro Tribunal do País os julgadores estivessem ali por mérito, produtividade, antiguidade, notório saber jurídico, se não houvesse qualquer influência política nas suas indicações, portanto, se fosse um Tribunal livre de qualquer tipo de relação política, essas contas jamais seriam aprovadas.

Até porque, nobre deputado J. Carlos, o que está valendo para Chico não vale para Francisco. Estão lá no mesmo prédio. No segundo andar, o TCE. No terceiro, o TCM. Para os prefeitos, a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo cumprida. Para o governador, não. A lei vale para o prefeito, mas para o governador, não. E são citadas aqui diversas irregularidades que estão nessas contas. Mas, se elas fossem apreciadas pelo TCM no terceiro andar, nobre deputado Aderbal Caldas - as mesmas contas que foram apreciadas no segundo -, iriam ser rejeitadas à unanimidade, até para que não houvesse insegurança jurídica. O critério que é adotado por um Tribunal não está sendo adotado pelo outro. Está aqui. Diversas vezes chamamos a atenção, nobre Líder Zé Neto, até tentando colaborar com o governo, avisando a vocês que essas contas precisavam ser melhor gerenciadas, que o governo gastava igual a trem desgovernado. Que precisava segurar o custeio e o financiamento da máquina pública.

E o que vocês diziam? Não. O então secretário da Fazenda vem a esta Casa, nobre deputado Rosemberg Pinto, dizer que as contas estavam às mil maravilhas. Mas claro! O que é que entendia Carlos Martins na área de Finanças? Nada. Ser tesoureiro de um sindicato ou de uma campanha é credencial para ser secretário da Fazenda do Estado?! Só aqui na Bahia!

Mas pensem num absurdo. Na Bahia tem precedente. E teve esse precedente. O à época secretário da Fazenda, Carlos Martins, que nunca administrou uma bodega, nunca administrou as contas da casa dele, vai administrar as contas do governador, as contas do Estado da Bahia. E aí a gente disse: “Olhem, estão utilizando os recursos das contas vinculadas para pagar custeio.” A máquina pública saiu de 19 para 31 secretarias. Aumentou-se em 45% o número de cargos comissionados. Quadruplicaram-se os gastos com Redas, PSTs, números de diárias, locação de imóveis e veículos, despesas com passagens aéreas. Não há recurso que aguente esse gasto desenfreado! Aí, passaram a mão nos recursos dos convênios. E tome a pagar custeio, tome a bancar a máquina pública, nobre presidente Marcelo Nilo!

E aí o simples fato de utilizar recursos de conta vinculada para despesas outras já é motivo de rejeição de contas pelo TCM. Se o prefeito celebra um convênio, tem que abrir uma conta específica para aquele convênio. Não pode tirar um real dali se não for para execução de um projeto, uma obra ou um programa. Porque se assim o fizer tem suas contas rejeitadas.

Mas para o governo do Estado essa regra não vale. O governo vem recorrendo frequentemente a esses artifícios, a essas jogadas contábeis, ao desvio de recursos para custear despesas da máquina pública. E o Tribunal fecha os olhos e aprova as contas. Não existe no âmbito do Estado uma controladoria, coisa que é exigida para

os prefeitos. É motivo de rejeição de contas. Mas para o governo do Estado não há essa necessidade.

Nobres deputadas e deputados, é no Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal a conta do último ano do primeiro governo Wagner. Não pode deixar restos a pagar superior à disponibilidade de caixa. Qual o princípio da lei? É que não se pode deixar débitos para o gestor posterior. Portanto suas despesas com DEAs e com restos a pagar não pode ser superior à disponibilidade de caixa. E nas contas deste ano deixou de restos a pagar uma quantia superior à disponibilidade de caixa. Feriu visivelmente o que estabelece o Art. 42, os restos a pagar.

Se V.Ex^{as}. abrirem agora o *site* do Tribunal de Contas dos Municípios, verificarão que tiveram quatro prefeituras com as contas rejeitadas, hoje, à tarde, em julgamento. Todas elas descumpriram o Artigo 42 da LRF. O que o governo do Estado fez e faz o Tribunal de Contas do Estado aprovou e o TCM rejeita. São dois pesos e duas medidas. Está-se julgando o mesmo caso com posições diferentes. Se as contas de 2010 simplesmente infringissem o Artigo 42 deveriam ser rejeitadas, como é o caso do Tribunal de Contas com o ex-prefeito da cidade de Quijingue, por não ter negociado um débito com o INSS, no final do mandato. Solicitou e o INSS não incluiu no parcelamento. Ele deixou uma dívida que se poderia transformar em longo prazo e em curto prazo. O valor mais ou menos de 1 milhão de reais. Se tivesse a tempo o INSS assinado o parcelamento, só o valor da parcela entraria como contabilidade para o ano de 2012. E aí ele, com isso, deixaria a disponibilidade de caixa superior aos restos a pagar e teria as contas aprovadas sem ressalvas. Mas, por esse único motivo, teve as contas rejeitadas, justamente porque o INSS não processou em tempo hábil o parcelamento.

Teve as contas rejeitadas, só que para o Tribunal de Contas do Estado esse critério não vale.

Então, nobres deputados, no TCE apenas um conselheiro teve a coragem de votar contra as contas do governo do Estado. Vamos falar aqui, nobre deputada Maria Luiza, de diversas denúncias de irregularidade, das contas da diretoria geral de educação que foram rejeitadas, denúncias de irregularidades na área da saúde. Não estou entrando aqui no mérito se houve ou não desvio de recursos públicos. Estou aqui questionando o processo, a forma como foram prestadas as contas. Jamais essas contas deveriam ter sido aprovadas porque já temos 3 anos do segundo governo Wagner.

E eu pergunto a V.Ex^{as}: qual é a grande obra, qual é o grande investimento, qual é a grande realização que esse governo está fazendo com recursos próprios? Não tem porque quebraram o governo do Estado em 2010 para garantir a reeleição. Fizeram tudo às custas da reeleição. É por isso que nem sequer as obras iniciadas, lá atrás, em junho de 2010, foram concluídas, quando os prefeitos tradicionalmente são enganados, o governo chama os prefeitos e assina os convênios às vésperas da eleição. Libera a primeira parcela antes de 5 de julho, depois, em agosto e setembro não podem liberar mais parcelas porque a lei eleitoral impede. Os prefeitos são enganados. O governo inicia as obras, passa a eleição e continua enrolando. Já se

passaram quase 3 anos e ainda tem prefeito que está concluindo convênio assinado em 2010. Hoje nós temos, na Bahia, um verdadeiro cemitério de obras paralisadas.

Fico imaginando se esse governo tivesse perdido a eleição. Talvez se Wagner tivesse perdido a eleição o TCE tivesse feito o que manda a lei, tivesse tido a coragem e a independência e tivesse decidido de forma livre e soberana pela rejeição dessas contas. Mas como ganhou, trata-se do governador, o maior cargo político da Bahia, e se pede que o Tribunal faça com que a lei seja cumprida, Sr. Presidente.

É por isso que essas contas foram aprovadas pelo TCE e veio para esta Casa. Chega na Casa, Sr. Presidente, e falta infraestrutura para os deputados de Oposição, para os deputados de governo. Não temos aqui na Casa um setor especializado para dar a devida assessoria para que efetivamente pudesse se aprofundar na análise dessas contas. Até porque o Tribunal não funciona como órgão auxiliar do Legislativo, como deveria ser e nem o Legislativo é dotado de técnicos especialistas em finanças públicas para desnudar essa verdadeira indecência.

Estamos aqui diante de mais um absurdo, que é a aprovação das contas pelo TCE. É por isso, Sr. Presidente, que nós deputados da Oposição votaremos contra, ou seja, pela rejeição delas.

A aprovação dessas contas têm se tornado praxe. Apesar de os conselheiros não terem tido a coragem de rejeitá-las, três apresentaram ressalvas, e um votou pela rejeição. Então, seguimos aqui o voto independente do conselheiro Pedro Lino.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, neste instante passamos a examinar o relatório do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado acerca da regularidade das contas do Sr. Governador referentes ao Exercício Financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010, seguido da análise da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa. E se faz necessário verificar alguns pontos que nos levam à inequívoca conclusão pela desaprovação de tais contas.

É inadmissível que dentro de um mesmo prédio no qual se situam dois Tribunais, o primeiro o Tribunal de Contas do Estado, no 2º andar, este interprete de uma forma a Lei de Responsabilidade Fiscal que rege o nosso País, enquanto no 3º o Tribunal de Contas dos Municípios interpreta de outra maneira exatamente essa mesma LRF. Um Tribunal a desaprovar as contas do prefeito, e o outro a aprovar as contas do Sr. Governador. Sobretudo porque nos chamam atenção as mesmas ressalvas e recomendações que levam a Corte de Contas dos Municípios a rejeitar as contas do prefeito. A primeira delas é a ausência de órgão de controle interno, ou seja, a Controladoria Geral do Estado.

O TCM, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, baixou resolução e impõe o controle interno eficiente, apurado, sob pena de rejeição da contas do

prefeito. Todos os municípios do Estado estão obrigados a fazer isso.

Pois bem, desde o início de 2007 repousa nesta Casa um projeto de lei do Executivo que cria a Controladoria Geral do Estado, a qual serviria naquele instante apenas para ser mais um órgão cabide de empregos, a contemplar inúmeros companheiros derrotados numa eleição proporcional. Mas, a partir do momento em que se resolveu a situação política numa gestão marcada pelo fisiologismo e o loteamento de cargos, o governo absolutamente renegou, deixou de lado a questão da criação dessa CGE. Ela seria um consequente órgão de controle governamental que impediria tantos e tantos casos de corrupção que se somaram durante estas duas administrações, seja na Polícia Militar, seja na Agerba. Enfim, essa Controladoria fiscalizaria todos os órgãos e mais algumas suspeitas que temos trazido reiteradas vezes aqui.

O segundo ponto que nos chama a atenção, de forma contundente, é a absoluta falta de planejamento no estado. O que há de se esperar de um mesmo governo que troca, por 4 vezes, o seu secretário de Planejamento?

Vejam, nem mesmo um desses 4 secretários de Planejamento teve a capacidade de planejar este estado a longo prazo ou trabalhar no sentido de mostrar que desenvolvimento se faria no estado a partir do controle de gastos públicos e de sua receita própria. Ao final de 7 anos de governo, tal conduta comprova-se por não haver, sequer, neste estado, uma única obra de infraestrutura executada com recursos próprios do governo do estado da Bahia.

O terceiro ponto é a Ebal. Este é um programa remanescente ainda do governo passado e se justificou em outros tempos. Hoje, com a economia de mercado e com a economia globalizada, não se justifica mais a existência desta entidade. Remanesce ainda a questão do aumento de capital com a injeção de recursos diretos do cofre do estado da Bahia para cobrir o déficit da Ebal, cujo objeto, a regulação de mercado, não mais se justifica nos tempos em que vivemos hoje. E ainda, em 2010, quase R\$ 200 milhões dos cofres do estado serviram para aportar o déficit da Ebal cuja existência não mais se justifica na administração pública direta sob qualquer pretexto.

O quarto ponto é o voto dos conselheiros do TCE. Também, nessas contas, há uma questão muito grave que chama a atenção tanto no parecer prévio do conselheiro Filemon e nos votos em separado dos conselheiros Pedro Lino e França Teixeira. Este tema já foi objeto de discussão inúmeras vezes nesta Casa e veio comprovar a irrazoabilidade do gasto que é a PPP da Arena Fonte Nova. Isso gerou uma despesa da ordem de quase R\$ 1,6 bilhão para o estado, algo em torno de R\$ 170 milhões por ano. Tal cifra é irrazoável e não se justifica.

O quinto ponto é o REDA.

Na Inglaterra, um governo, que se propõe a apresentar um plano de governo e faz absolutamente o contrário do que anunciou durante a campanha política, é obrigado a renunciar e a se submeter a um *recall*.

Pois bem, sem se penitenciar, o governador Jaques Wagner – que fazia uma campanha em cima da valorização do servidor público e da realização de concursos públicos – ampliou o número de contratos tipo REDA. Nesse parecer, há

recomendações e ressalvas, também, ao número indiscriminado de contratos tipo REDA. Todas elas são repetitivas e reiteradas, desde 2007, no sentido da redução do número de contrato tipo REDA, pois o REDA tem de ser uma coisa provisória e não permanente, como está ao longo desses últimos 7 anos. Isso era, repito, discurso de campanha.

O sexto ponto é o valor dos restos a pagar. E, aí, talvez, depois, o maior de todos os problemas a reverberar em uma consequência ainda na administração de hoje e que é o custo da reeleição do governador: o valor dos restos a pagar.

Quando somamos os restos a pagar processados da ordem de R\$ 502 milhões e os não processados da ordem de R\$ 255 milhões, verificamos que se remete à velha cantilena que estamos a fazer aqui diuturnamente: a utilização de recursos vinculados originários de empréstimos ou de convênios com a União para poder cobrir o rombo existente no caixa do estado.

Senão vejamos: o estado apresentou, ao final do exercício 2010, uma disponibilidade de caixa líquido da ordem de R\$ 950 milhões. Se for abatê-la dos recursos não processados da ordem de R\$ 250 milhões, restam R\$ 700 milhões. E nós tínhamos R\$ 650 milhões de Originários de Operações de Crédito, que tem destinação específica, o que reduziria o saldo a R\$ 150 milhões e o empréstimo a algo em torno de R\$ 1.140.000.000,00, um pouco superior.

Os recursos vinculados destinatários de empréstimos ou de convênios com o governo federal foram utilizados para efeito de maquiagem contábil. Isso demonstra que, já naquela época esse governo, fatalmente, infringiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque, ao final do exercício do seu último ano de governo, dia 31 de dezembro de 2010, restou remanescente um saldo financeiro insuficiente para arcar com o que existia de obrigações financeiras processadas (R\$ 502 milhões) e não-processadas (R\$ 255 milhões). Só esse fato já seria bastante e suficiente para a rejeição das contas do governo. Tudo isso virou uma bola de neve!

Nós estamos a assistir, neste instante, o governo literalmente quebrado, sem poder honrar com seus compromissos. Há notas públicas na imprensa em que a Associação de Construtores cobram faturas devidas de aproximadamente 6 meses, episódio nunca visto antes na história deste Estado. Também é importante destacar que a nota pública, paga pelos fornecedores da Secretaria da Saúde de diversos tipos de equipamentos e de medicamentos, está a informar um débito da Secretaria de Saúde da ordem de mais de R\$ 150 milhões com os seus fornecedores.

Se nós formos computar esse débito, que sequer estão empenhados em liquidar, com a demonstração financeira do Estado do último bimestre, forçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, da ordem de R\$ 2 bilhões de empenhos processados e liquidados, veremos a completa situação, hoje, de insolvência das contas do Estado.

Portanto, em razão da falta de planejamento, da falta de controle interno, da afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente na questão da utilização de recursos vinculados para maquiar as contas do governo, e da repetição de reiterados problemas que geraram ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas do Estado referentes ao valores de REDA, de PSTs e de outros tipos de coisa, não resta à

Oposição outra posição que não seja a de recomendar a votação no sentido de rejeitar as contas do governador referentes ao exercício financeiro de 2010.

A nossa posição, posição que expresse na qualidade de Líder da Bancada da Oposição, é de solicitar aos nossos companheiros que votem pela rejeição dessas contas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o Coronel Gilberto Santana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Exmº Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados, volto, mais uma vez, a esta tribuna para dizer da minha insatisfação da forma como é conduzida esta Casa para aprovar contas do governo do Estado sem uma certa análise, sem, realmente, apurar as denúncias feitas, desta tribuna, por vários deputados. Os deputados aliados endossam o comportamento e o descaso desse governo com o nosso Estado.

A situação do *ferryboat* surpreendeu a todos nós, tendo em vista o péssimo serviço prestado aos moradores da ilha que usam esse meio de transporte. O governo acaba de comprar dois *ferryboats* por uma fortuna, R\$ 54 milhões, e gasta quase R\$ 10 milhões para adequar o atracamento a essas embarcações. Faz ainda o estudo de viabilidade para a construção da ponte, vendendo sonhos aos baianos. São R\$ 40 milhões com dispensa de licitação.

Vejam os senhores que foram gastos aí R\$ 104 milhões, quando se poderia adquirir os *ferryboats* de outra empresa ao custo de R\$ 12 milhões cada um. Em vez de o governo comparar apenas dois por R\$ 54 milhões, compraria, aproximadamente, nove embarcações, e, certamente, daria conforto às pessoas que moram na ilha, como também aquelas que desejam ter acesso à BA-001, a faixa litorânea da Bahia.

Em 2008, o governo anulou mais de R\$ 200 milhões de empenhos para adequar receitas e despesas. Empenhou bem mais do que existia em caixa e deixou algumas empresas em dificuldades. O que me deixou mais triste, em 2009, foi que esse mesmo governo pagou à empresa Júlio Simões sem empenho, apenas com um ofício. A empresa Júlio Simões foi encaminhada à instituição de crédito bancário, Banco do Brasil, para receber o pagamento. Isso representa o descaso, a falta de atenção e respeito para com as contas, e para com os recursos do Estado. Em 2010, o governo faz as suas despesas e encerra o ano sem deixar no lastro do Tesouro do Estado recursos correspondentes aos empenhos que ficaram pendentes em “restos a pagar”.

Vejam quantas coisas ocorrem com a gestão financeira deste Estado. O governo Jaques Wagner conduz este Estado fazendo despesas sem analisar, realmente, a capacidade de gastos, sem considerar os investimentos que o Estado precisa. É uma tristeza que a Bahia fique mais de sete anos sem obras importantes.

Verificamos também o desperdício de recursos. O governo não procura adequar para poder economizar e investir bem mais. Os convênios com ONGs envolvem

fortunas, além da suspeita de ações ilegais em algumas delas. No ano passado, houve a denúncia do deputado Luciano Simões, e o governo, de pronto, desfez esses convênios. Os recursos investidos inadequadamente em ONGs poderiam ser aplicados na saúde, na educação, e em melhores condições para os baianos.

São exorbitantes os custos do governo com publicidade. Gasta-se uma fortuna durante o ano com publicidade, mas se deveria gastar menos, para poder fazer investimentos.

Para a Polícia Militar, posso afirmar, foram locados mais de 4 mil carros, para servirem à segurança pública. Carros de grande porte como Ranger, S-10. Um veículo desse custa R\$ 10 mil. O custo final mensal de cada período é de mais de R\$ 40 milhões. O governo poderia comprar carros mais utilitários, que possam fazer serviço de ronda, porque quando loca uma Ranger, uma S-10 para colocar apenas dois policiais para patrulhar é desperdício de recursos do Estado.

A intenção da polícia, para patrulhar, é ter veículos que possam percorrer as ruas da cidade numa área de 30km, 40km, e o cidadão que precisar possa ser atendido. Um carro pequeno atenderia, com certeza, às necessidades do povo baiano, mas o governo prefere locar carros bem mais caros. Não sei qual a razão.

Por que não comprar o carro? Por que não fazer uma frota de veículos para atender à polícia e todo ano vender essa frota, como fazem as locadoras, que utilizam e vendem os carros para não terem despesa com manutenção. O custo que o Estado tem locação de veículos é uma fortuna, é um absurdo o que é feito com os recursos do Estado.

E vemos essa situação de obras que poderiam ser concluídas e estão paralisadas, a exemplo do Centro de Convenções na Cidade de Itabuna, que o governo do Estado abandonou a obra porque foi iniciada pelo governo Paulo Souto. Este deputado encaminhou o pedido, uma indicação ao governo para concluir a obra, porque são recursos do Estado, recursos do baiano que foram investidos ali. O governo não toma qualquer atitude e nem dá resposta se vai ou não concluir a obra. Estive há pouco tempo com a OAB, que quer entrar com uma ação de improbidade contra o governo do Estado por atitudes como essa que ele tem tomado.

Vejamos quantos funcionários entraram no Estado em 2010 – despesas que foram feitas porque era um ano eleitoral – por REDA ou PST, aumentando a folha do Estado num ano que era político para atender e buscar facilidades para os seus cabos eleitorais.

Com esse governo ficamos tristes, porque queríamos um governo que tivesse pé no chão, como Paulo Souto, que é um gestor sério, digno, que fez o dinheiro multiplicar na Bahia. Mesmo com as grandes dificuldades que tinha, o dinheiro era bem aplicado. Víamos resultados nos investimentos que eram feitos em nosso Estado, enquanto que nesse governo vamos de ponta a ponta na Bahia e o que vemos é reclamação, queixas porque não existem obras que atendam às necessidades do povo baiano.

Esperamos que nossos colegas deputados possam, realmente, mostrar que esta Casa é para fiscalizar, acompanhar o que o governo tem realizado neste Estado.

Entretanto, atropela-se qualquer situação e as contas são aprovadas como em 2008, e que foram denunciadas aqui as ilegalidades. Em 2009, da mesma forma. E agora, em 2010, da mesma maneira, com certeza, os deputados da Maioria irão aprovar.

Isso nos deixa triste. Ficamos muito aborrecidos porque a nossa obrigação de deputado, para a qual o povo nos escolheu para aqui estar, não estamos cumprindo. Estamos apenas avalizando esse comportamento desrespeitoso com a Bahia.

Queríamos pedir aos colegas que se ponham na posição de deputado. Que venham a dignificar esta Casa, avalizando uma CPI, uma investigação para que comprovemos as irregularidades que já foram denunciadas aqui por vários deputados.

Não estamos aqui para apontar nem denegrir. Estamos aqui para colaborar, para ajudar o governo, porque o deputado não está aqui para criticar nem desfazer a pessoa dele. Mas esta gestão está anormal e com erros. Temos de criticar e apontar no intuito de o governo acordar e fazer obras que, realmente, interessem ao povo baiano e venham engrandecer a Bahia.

Vejam, o problema da segurança pública está aí. Investimentos em segurança pública não existem! Gasta-se mais com publicidade do que com segurança pública! Ele fala que alugou veículos e aumentou o efetivo. Então por que a violência não diminui em nossa Bahia? Por que somos, sempre, os campeões em violência? Porque os investimentos são mal aplicados. Não se dá a devida atenção à segurança pública e não se dá a devida atenção à saúde.

Fala-se de construções de hospitais! Os hospitais já estavam construídos; só se fez inaugurá-los. Os hospitais de Juazeiro e de Santo Antônio de Jesus já estavam prontos. Ele inaugura e diz que a obra é dele. Quanto ao Hospital do Subúrbio, já havia recursos alocados para construí-lo.

Então ficamos, realmente, a esperar que esta Casa faça o seu trabalho de acompanhamento, fiscalização e controle, a fim de que o governo possa se adequar àquilo que o baiano espera e deseja. Esperamos que esta Casa não aprove estas contas e que a mesma faça uma investigação para comprovar as denúncias feitas pelos deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana. Na ausência do deputado Adolfo Viana, com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior.

O deputado Leur Lomanto Júnior está ausente.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Eu mesmo pedirei o quórum, porque a votação é secreta.

Srs. Deputados, pedirei verificação de quórum enquanto presidente, porque a votação é secreta para a aprovação ou a rejeição das contas do governador.

Solicito zerar o painel e marcar os 25 minutos.

Após, votaremos as contas de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner.

Os Srs. Deputados que estão no cafezinho, em seus gabinetes, na biblioteca elaborando projetos, no Salão Deputado Nestor Duarte ou recebendo lideranças comunitárias, aviso que solicito zerar o painel e marcar os 25 minutos.

Em votação.

Desculpem-me. Primeiro, vamos dar quórum.

Para o quórum, serão marcados 15 minutos. Desculpem-me.

Primeiro, é o quórum de presença. Havendo quórum de presença, vamos para a votação.

Estão faltando marcar as presenças os seguintes deputados: Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Ângelo Coronel, Bruno Reis, Cacá Leão e Carlos Brasileiro.

Bem, para o quórum de votação, o tempo é de 25 minutos.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a Tem razão. O quórum de votação é de 25 minutos. Necessita-se de quórum de votação. São 25 minutos.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu me equivoquei. O companheiro, ali, tem razão.

Srs. Deputados, necessita-se de quórum de votação para aprovar ou rejeitar as contas do governo Jaques Wagner! Repito, este é quórum de votação!

Estão faltando marcar as presenças dos seguintes deputados: Ângela Souza, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Gaban, Ivana Bastos, Graça Pimenta, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Paulo Rangel, Paulo Azi, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Yulo Oiticica, Tom Araújo, Targino Machado, Temóteo Brito, Adolfo Menezes, Augusto Castro, Bruno Reis...

Já se encontram no plenário 32 Srs. Deputados. Peço para voltar o painel.

Deputado Bruno Reis, como recomenda que vote sua Bancada, “Sim”, “Não” ou “Abstenção”.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, por todos os fatos elencados nesta noite, devidamente listados por todos os deputados que compõem a Bancada da Oposição que tiveram oportunidade de pronunciarem-se nesta noite, onde evidenciamos diversas irregularidades cometidas, nobre Líder Zé Neto, pelo governo que V.Ex^a compõe, como os restos a pagar sem disponibilidade de caixa, motivo esse claro para a rejeição de qualquer conta analisada pelo Tribunal de Contas dos Municípios... Hoje mesmo, se V.Ex^a entrar nos *site* do Tribunal de Contas dos Municípios, verifica a conta de quatro prefeituras rejeitadas por conta da não disponibilidade de caixa, a infringir claramente o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal que impede que deixe despesas superiores ao que há em caixa. E o governo Jaques Wagner de 2010, além dos empenhos cancelados, porque foram quase R\$ 700 milhões de empenhados

cancelados, portanto tentou-se maquiar essas contas para ter a sua aprovação, e mesmo assim infringiu o artigo, porque superou em 270 milhões a disponibilidade de caixa, Sr. Presidente. Não vou falar aqui das contas dos *royalties*, mas posso falar das contas da diretoria geral e de diversas outras irregularidades, como denúncias na área da Saúde e a falta da Controladoria. Enfim, diversas razões e motivos em série independentes levariam à rejeição dessas contas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. Bruno Reis:- É por isso que a nossa Bancada irá votar não, pela rejeição das contas, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda à sua Bancada, deputado Zé Neto? Sim, não ou abstenção?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos colocar em votação. Quem quer votar pela aprovação das contas do governo vota sim.

Srs. Deputados, a votação é secreta.

Quem quer votar a favor das contas do governo vota sim. Quem quer seguir o Líder do governo vota sim. Quem quer seguir o Líder da Oposição vota não.

A votação é secreta.

Em votação. Quem quer aprovar as contas do governador Jaques Wagner vota sim. Quem quer votar favoravelmente às contas que tiveram um parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado vota sim. Quem quer seguir a orientação do deputado Zé Neto vota sim. Quem quer rejeitar as contas do governo vota não. Quem quer aprovar as contas do governo vota sim.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados que ainda não votaram e estão presentes ao Plenário.)

(Continua a votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quem quer aprovar as contas do governador vota sim. Quem quer reprovar vota não. Já votaram 38 Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente procede novamente à chamada dos Srs. Deputados presentes que ainda não votaram.)

(Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Infelizmente, a deputada Maria Luiza está adoentada e me pediu para informar ao Líder do governo, ela me telefonou agora, ela que é assídua, me pediu que registrasse aqui que ela está adoentada.

(Continua a chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: SIM – 37 votos; NÃO – 07 votos.

Portanto aprovadas as contas do exercício 2010 de S. Exa o governador Jaques Wagner.

Eu tinha prometido ao deputado Targino Machado que, no primeiro projeto, eu colocaria, porque não tomei conhecimento na sessão passada, o título de cidadão proposto pelo deputado Capitão Tadeu.

Eu tinha prometido inclusive que botaria na primeira votação, mas, como tinha as contas do governador, eu vou botar na segunda para cumprir o que tinha prometido ao deputado Targino Machado.

(Lê) “Projeto de Resolução nº 2.123/2011 que concede título de cidadão baiano para Marco Antunes Novais ou, simplesmente, Manassés.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar o parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, tendo em vista que a matéria é constitucional, é legal, opino pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que aprovam o projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça permaneçam com o se encontram. (pausa.) Aprovado.

Vamos primeiro marcar as presenças para, depois, votar o projeto. (pausa.) Aliás, temos presenças suficientes, então vamos botar direto para votar, porque ninguém pediu verificação de quórum.

Vamos votar. Quem quiser conceder o título de cidadão ao Sr. Pastor Manassés, proposto pelo deputado Capitão Tadeu, vota SIM; quem não quiser aprovar vota NÃO.

Em votação a concessão do Título de Cidadão Baiano ao Pastor Manassés, proposta pelo deputado Capitão Tadeu. Quem quer aprovar, vota Sim; quem quer reprovar, vota Não; quem quiser se abster, registra Abstenção.

Estão faltando votar o deputado Adolfo Menezes, deputado Alan Sanches, deputada Ângela Sousa, deputado Augusto Castro, deputado Cacá Leão, deputado Capitão Tadeu, deputado Carlos Brasileiro, deputado Carlos Geilson, deputado Delegado Deraldo Damasceno, deputado Elmar Nascimento, deputada Graça Pimenta e deputada Neusa Cadore.

Já temos 44 votos de deputados que votaram anteriormente.

Encerrada a votação.

Resultado. Rejeitado. Não, 29 votos; Sim 14 votos; e uma abstenção.

Próximo projeto.

Projeto de lei nº 20.502/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera a denominação, finalidade e estrutura organizacional da Coordenação da Defesa Civil - Cordec, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.502/2013

Altera a denominação, finalidade e estrutura organizacional da Coordenação de Defesa Civil - CORDEC e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Coordenação de Defesa Civil, órgão em regime especial da Administração Direta, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, passa a denominar-se Superintendência de Proteção e Defesa Civil - SUDEC, com a finalidade de implementar o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, bem como coordenar, executar e supervisionar as atividades de prevenção, preparação, resposta e recuperação a situações de emergência ou de calamidade pública.

Art. 2º - Ficam criadas, na estrutura organizacional da Superintendência de Proteção e Defesa Civil - SUDEC, 05 (cinco) Coordenações Regionais, tendo por finalidade coordenar as ações estaduais de defesa civil nas suas respectivas regiões.

Parágrafo único - Compete, dentre outras atribuições, às Coordenações Regionais articular os órgãos municipais de proteção e defesa civil e convocar os órgãos e entidades participantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil para contribuir no processo de planejamento e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil.

Art. 3º - Para atender ao disposto no art. 2º desta Lei, ficam criados, na estrutura de cargos em comissão da Superintendência de Proteção e Defesa Civil - SUDEC, 01 (um) cargo de Superintendente, símbolo DAS-2A, 05 (cinco) cargos de Coordenador II, símbolo DAS-3, e 05 (cinco) cargos de Coordenador IV, símbolo DAI-5.

§ 1º - Os cargos previstos no *caput* deste artigo, à exceção do cargo de Superintendente, ficam com o seu provimento condicionado à efetiva instalação das Coordenações Regionais de que trata o art. 2º desta Lei, que se dará por ato do Titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES.

§ 2º - Fica extinto, da estrutura de cargos em comissão da Superintendência de Proteção e Defesa Civil - SUDEC, 01 (um) cargo de Coordenador Executivo, símbolo DAS-2B.

Art. 4º - Ficam extintos, na estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Saúde - SESAB, 01 (um) cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, 01 (um) cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, 03 (três) cargos de Coordenador IV, símbolo DAI-5, e 05 (cinco) cargos de Coordenador V, símbolo DAI-6.

Art. 5º - Ficam extintos, na estrutura de cargos em comissão do Gabinete do Governador, 01 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C, 01

(um) cargo de Assistente II, símbolo DAS-3, 01 (um) cargo de Secretário de Administrativo I, símbolo DAI-5.

Art. 6º - Os cargos em comissão da Superintendência de Proteção e Defesa Civil são os constantes do Anexo Único que integra esta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 60 (sessenta) dias, os atos necessários:

I - à revisão dos regimentos e outros instrumentos regulamentares para adequação às alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - às modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em,

ANEXO ÚNICO
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUDEC

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Superintendente	DAS-2A	01
Coordenador I	DAS-2C	01
Coordenador II	DAS-3	08
Coordenador III	DAI-4	05
Assessor Administrativo	DAI-4	01
Coordenador IV	DAI-5	09
Secretário Administrativo I	DAI-5	01
Secretário Administrativo II	DAI-6	01

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban pediu vista e devolveu o projeto.

Em votação o parecer do relator, no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 20.502/2013, de procedência do Poder Executivo, que altera a denominação, finalidade e estrutura organizacional da Coordenação da Defesa Civil - Cordec, e dá outras providências.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Próximo projeto. Projeto de lei nº 20.504/2013, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.504/2013

Institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria, de duração indeterminada, vinculado à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, com o objetivo de financiar as ações de preservação do patrimônio cultural a serem realizadas nas áreas protegidas existentes no Estado.

Parágrafo único - Para os fins desta Lei, entende-se por áreas protegidas:

I - o sítio urbano tombado e seu respectivo entorno;

II - o bem imóvel individualmente tombado e seu respectivo entorno;

III - a área elegível para programa ou ação específica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no Município, conforme descrição contida no convênio referente ao programa ou à ação, podendo somar-se às áreas definidas nos incisos I e II deste artigo.

Art. 2º - Constituem receitas do Fundo:

I - dotações orçamentárias anuais e créditos adicionais suplementares a ele destinados;

II - receitas diretas provenientes de aluguéis, concessões de uso, arrendamento e alienação de imóveis;

III - recursos provenientes de transferências voluntárias;

IV - doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas

físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

V - receitas provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, serviços e eventos diversos;

VI - saldos de exercícios anteriores;

VII - recursos transferidos mediante termo de compromisso, convênios, contratos de repasse e outros instrumentos congêneres;

VIII - recursos provenientes de amortizações de financiamentos para recuperação de imóveis privados localizados na área protegida, no âmbito de programas ou ações instituídos com essa finalidade;

IX - receitas provenientes da aplicação de multas administrativas por infrações ou crimes contra o patrimônio cultural, quando previstos na legislação estadual e decorrentes de ações de fiscalização empreendidas pelo órgão estadual, cumulativamente;

X - outras receitas que lhe sejam legalmente destinadas.

Parágrafo único - Os recursos provenientes das receitas relacionadas no *caput* este artigo serão depositados e movimentados, obrigatoriamente, em conta específica a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, cujo titular será o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural.

Art. 3º - Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural serão aplicados, mediante decisão do Conselho Curador, nas ações de preservação do patrimônio cultural a serem realizadas nas áreas protegidas existentes no Estado, e em atividades que contribuam para a preservação do patrimônio cultural, a critério do Conselho Curador.

Parágrafo único - É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em despesas com pessoal.

Art. 4º - O Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural contará com um Conselho Curador, com a seguinte composição:

I - 01 (um) representante da Secretaria do Planejamento - SEPLAN;

II - 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda - SEFAZ;

III - 01 (um) representante da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado - CONDER;

IV - 01 (um) representante do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;

V - 01 (um) representante do [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#) - IPHAN;

VI - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;

VIII - 06 (seis) representantes da sociedade civil definidos nos termos do regulamento.

Parágrafo único - Os membros titulares e suplentes do Conselho Curador serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos e entidades a que se vinculam e nomeados por ato do Governador do Estado.

Art. 5º - O Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural contará com um Gestor, vinculado à empresa pública mencionada no art. 1º desta Lei, designado pelo respectivo Titular máximo da entidade, que se sujeitará à supervisão e às normas gerais editadas pelo Conselho Curador.

§ 1º- A aplicação das receitas orçamentárias do Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural será realizada por meio de dotação consignada na lei orçamentária estadual.

§ 2º- O saldo positivo do Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 6º - O Poder Executivo Estadual regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban pediu vista e devolveu o projeto.

V.Ex^a, deputado Gaban, já discutiu?

O Sr. Gaban:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, pelo tempo de até 20 minutos, o deputado Gaban

O Sr. GABAN:- No âmbito das Comissões, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, no âmbito das Comissões.

O Sr. GABAN:- Foi exatamente no momento que eu pedi vista ao projeto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, temos aqui mais um projeto, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, e dá outras providências.

Quando se fala em preservação do patrimônio cultural, o que vem logo à cabeça? Que o governo tem um órgão com essa finalidade, que é o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia - IPAC.

Então, se o governo, com esse projeto, não acaba com o IPAC, por que os recursos do Fundo vão ser administrados pela Conder? Não tem sentido, não tem lógica, não há raciocínio que possa fazer com que qualquer deputado...

Esse não é um projeto polêmico, político, que mereceria uma discussão mais aprofundada, é um projeto que, pelo menos, requer bom-senso. A Conder tem restauradores em seu quadro? A Conder tem museólogos em seu quadro? A Conder, alguma vez na história da sua existência, tomou conta do patrimônio artístico e cultural do estado da Bahia?

Eu não consigo entender. Várias emendas já fizemos este ano, em vários projetos, para enriquecê-los. No dia em que pedi vista deste processo, pedi, também, deste do fundo dos bombeiros. O último é um projeto inconstitucional. Tirei o governo de uma enrascada sem limite, porque o número de ações, que seriam movidas contra o governo na Justiça, travaria todos as intenções do governo, pois seria um acúmulo para o Tribunal de Justiça sem precedentes.

Faço isso não pensando em política, porque se estivéssemos pensando em política, eu deixaria que o governo fizesse um projeto inconstitucional. Mas, na Oposição, por sua unanimidade comandada pelo Líder que aqui se encontra, Elmar Nascimento, decidimos para melhorar, porque não estávamos, aqui, fazendo política.

Política vamos fazer o ano que vem, quando nós vamos mostrar as promessas do governo, o que ele fez e o que deixou de fazer; os investimentos que tem feito; o poder de investimento que ele vai ter, que é nenhum. Nós vamos usar isso no palanque, sim. Vamos usar na televisão. Vamos usar a Bahia, Salvador, a capital do País em número de criminalidade. Vamos usar a greve dos professores. Além do tempo da greve dos professores ter sido recorde nacional, vamos utilizar o fato de que os alunos foram obrigados, como na escola, dando o exemplo de Luís Eduardo Magalhães, a fazer a limpeza, porque o governo não tem nem dinheiro para pagar as empresas que fazem a limpeza.

Não bastam as filas nos corredores dos hospitais por falta de investimento! Agora, querem criar um fundo para preservação do patrimônio, a fim de que o mesmo seja administrado pela Conder! Não pode! Deputado Rosemberg, V.Ex^a e vários outros deputados vêm da iniciativa privada. Nós temos ex-prefeitos aqui em nossa Bancada como também ex-prefeitos oriundos da Bancada de Oposição.

Não pode um gestor admitir que um projeto tão importante como a criação de um fundo...

Vejam, se o conselho define, por que o IPAC não administra tal fundo? Ele existe para isso, pois possui técnicos capacitados para isso. São eles quem deve definir.

Está, aí, a deputada Maria del Carmem, uma excelente gerente! V.Ex^a sabe que tenho o maior respeito por V.Ex^a, que foi inclusive presidente da Conder. Observe, isso não tem sentido! Quem deve definir o que será recuperado, a prioridade da recuperação, a forma que vai ser recuperado, o projeto de recuperação é o IPAC. Pode até existir – e ninguém estaria contra – a contratação de serviços da Conder por ter mais agilidade, ter mais técnicos, talvez, para fazer os projetos, devidamente assessorados pelo IPAC. Não entro no mérito, repito, não entro no mérito. V.Ex^a entende?

Então, o fundo é importante. O fundo é tão importante que ele é amplo, pois permite aporte de recursos até por parte de pessoas físicas. O que nós somos contra é esse fundo ser administrado pela Conder, porque ele não tem especialista nessa área.

A Sr^a Maria del Carmem:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Deputada Maria del Carmem, concedo um aparte a V.Ex^a com o maior prazer.

A Sr^a Maria del Carmem:- Deputado, quanto ao fundo, ele é obrigatório. A criação deste fundo estava estabelecido e definido no empréstimo do Monumenta. Este é um recurso de fundo internacional utilizado. Já era um contrato inclusive anterior à nossa presença no governo do estado. Tal fundo já vinha anteriormente. Este era um recurso, exatamente, para a recuperação de imóveis e de patrimônio situados em determinada área do estado.

E era obrigatório a criação de um fundo para a preservação de patrimônio para preservação, e que os imóveis teriam que contribuir, todos aqueles que foram recuperados, teriam que contribuir para esse fundo. A Conder, o governo do Estado acaba de criar, recentemente, nós aprovamos nesta Casa, uma nova diretoria, uma diretoria do Centro Antigo de Salvador, porque ela é que está, inclusive, numa gestão, a ideia de que a gestão, o IPAC, exatamente para garantir a sua atividade fim, que é a questão do patrimônio, a gestão dos imóveis do Estado que estão na área do Centro Histórico deverá passar, possivelmente, para que a Conder faça a gestão, porque ela teria, como empresa, mais agilidade para esse processo.

Se V.Ex^a observar, e V.Ex^a que é um deputado que todos nós que estamos nesta Casa respeitamos, do ponto de vista do seu aprofundamento nos debates e nas discussões dos diversos projetos, se V.Ex^a verificar ele fala num conselho gestor desse fundo, e esse é um conselho curador, e que tanto o IPAC quanto o IFAN fazem parte desse conselho curador e serão eles que, em última análise, o conselho curador que definirá onde os recursos serão aplicados.

O Sr. GABAN:- Mas, deputada Maria del Carmen, eu concordo com o que V.Ex^a colocou aí na íntegra. Agora, o grande problema, deputada Maria del Carmen, é o seguinte, o patrimônio artístico cultural do nosso Estado ele está muito acima,

apesar da grande importância e relevância do Pelourinho, mas nós temos o Estado inteiro para ser administrado .

Então, a gente não pode, um fundo ser administrado pela Conder, que V.Ex^a teria razão em dizer que a Conder está sendo responsável pela recuperação do Centro Histórico. É verdade. Talvez até no Centro Histórico ela tenha mais agilidade do que o próprio IPAC.

A Sr^a Maria del Carmen: Já estava, inclusive, não é, deputado, na gestão anterior, anterior ao governador Jaques Wagner. Quando nós entramos já era a Conder que estava realizando as ações de recuperação.

O Sr. GABAN:- Eu não discordo não que o projeto de recuperação do Pelourinho fique com a Conder, não tenho nenhuma ressalva, nenhuma. Mas, nós estamos tratando aqui de um fundo de recuperação e preservação do patrimônio artístico e cultural do Estado da Bahia. O Estado nosso é muito grande, as riquezas, a cultura que nós temos, não só em Porto Seguro, enfim, são tantas cidades que eu seria injusto, se for listá-las.

Então, um projeto dessa envergadura, um fundo dessa importância que somos favoráveis, nós apenas estamos sendo obrigados a votar contra, porque não pode, porque a Conder está administrando a recuperação do Pelourinho, que acho que deve continuar, não discordo, mas quem deve administrar os recursos não é Conder, é o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural, ele que deve acionar a Conder, transferir os recursos para a Conder para que a Conder realize. Mas, quem deve definir as prioridades e as formas que serão recuperadas é o IPAC, porque senão qual a necessidade da existência do IPAC, se um fundo, ele vai apenas ter um membro no conselho? Mas a gestão não é ele que comanda.

A Sr^a Maria del Carmen:- Mas, o conselho é que definirá as prioridades, inclusive esse conselho curador é que definirá as prioridades e não a Conder, a Conder é apenas a gestora do fundo. Se V.Ex^a verificar não é a Conder que vai definir onde será aplicado, porque a Conder tem apenas um representante.

O Sr GABAN:- Agora, por que é que os recursos não ficam no IPAC?

A Sr^a Maria del Carmen:- Mas, exatamente.

O Sr. GABAN:- Então vamos ao raciocínio de V.Ex^a, eu estou gostando do debate, é importante, deputada Maria del Carmen. Aí eu digo: uma obra no interior do Estado? Em qualquer lugar.

A Sr^a Maria del Carmen:- Se ela estiver dentro do processo do Monumenta, daqueles que estiveram dentro do Monumenta, ela terá que contribuir para esse fundo.

O Sr. GABAN:- É sim. Mas, veja. Aí a Conder vai fazer uma obra lá em Jeremoabo , se a igreja de lá for considerada um patrimônio artístico cultural?

A Sr^a Maria del Carmen:- Exatamente.

O Sr. GABAN:- Perde a finalidade. E o Ipac faz o quê? Só tem um membro no conselho e vai ver a Conder tomar conta praticamente do patrimônio. Eles estão com o recurso!

A Sr^a Maria del Carmen:- Mas, veja, exclusivamente dos recursos que vêm

dessa fonte.

O Sr. GABAN:- Qual que seria o mal desse recurso, o fundo continuar na mão do IPAC e ele transferir os recursos para que a Conder? Porque aí eu concordo que a Conder tem mais agilidade, mais experiência e mais facilidade, até por ser empresa, de agilizar os processos licitatórios. É esta a única vantagem, a agilidade, mas, se tivermos um planejamento adequado, porque não é de um momento para outro que o patrimônio cultural do nosso Estado vai se deteriorar...

Então, o Estado, naturalmente, já tem um perfil de todo o patrimônio que há na Bahia, no que esse patrimônio tem de ser recuperado – e a época, para não danificar ou para não encarecer ainda mais. Quem tem essa técnica, V.Ex^a deve concordar comigo, é o IPAC, não é a Conder. A Conder, por ser uma empresa, apenas realizaria o serviço. Não temos nada contra isso, não. O IPAC transferiria os recursos e diria: “Conder, faça o processo licitatório”.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Carlos Gaban, a Conder só realiza qualquer intervenção na área de patrimônio, na área que está tombada, em qualquer área, se o IPAC aprovar o projeto. V.Ex^a sabe disso. O projeto tem que passar pelo IPAC e pelo IPHAN.

O Sr. GABAN:- O IPAC tem apenas um membro no conselho.

A Sr^a Maria del Carmen:- Para se realizar qualquer projeto de execução, qualquer projeto em área tombada ou em área do centro da cidade, tem que haver a aprovação do IPAC e do IPHAN.

O Sr. GABAN:- Mas, se tem de passar obrigatoriamente pelo crivo do IPAC, este órgão deveria gerir. Esse é um problema conceitual. Aí eu digo o seguinte: por que o IPAC vai continuar, se não tem nem autonomia financeira para definir?

A Sr^a Maria del Carmen:- Porque a função dele passa a ser muito maior, porque a definição é do Patrimônio sobre a manutenção daquilo que está sob sua responsabilidade. E a Conder fará a gestão, por exemplo, dos imóveis. Os imóveis do Estado que estão alugados a terceiros, o objetivo do IPAC não é fazer essa gestão. Essa tarefa não pode nem deve ficar no IPAC, até porque é um desvirtuamento da função do IPAC.

Como a Conder tem mais possibilidade de fazer essa gestão, porque é empresa e tem outros patrimônios que podem ser utilizados, inclusive como faz com os terrenos que sobram, que são remanescentes dos empreendimentos, então ela tem muito mais flexibilidade. Por isso, esse fundo está colocado na Conder.

O Sr. GABAN:- Eu respeito o posicionamento de V.Ex^a, mas, infelizmente, tenho de discordar, porque, a meu ver, deputada Maria del Carmen, estão aproveitando o fato de a Conder estar administrando a recuperação dos imóveis do Pelourinho, e porque é uma empresa, que teria mais agilidade, apenas e exclusivamente por isso, para deixar-se esse fundo com ela.

Mas esse fundo diz respeito não somente à cidade do Salvador, diz respeito ao Estado da Bahia. E não podemos, a meu ver... Eu lhe confesso que até estranho a ausência dos intelectuais do nosso Estado. Esperava manifestações dos técnicos do IPAC. Mas há o silêncio, estão calados, não se manifestam.

Eu lhe confesso que tenho de cumprir a minha obrigação. Sou a favor desse fundo, a Oposição é a favor, mas vamos votar contra, única e exclusivamente, porque, a nosso ver, estão desvalorizando os técnicos responsáveis pela conservação do patrimônio artístico e cultural.

Espero que essa medida hoje adotada não sirva para a deterioração do nosso patrimônio cultural, porque povo que não tem memória não tem história. Se não tivermos o que observar no futuro, vamos esquecer o que aconteceu no passado, na história do nosso Estado.

Então, com muita tristeza, vamos votar contra, meu caro deputado Bruno Reis, pela visão do governo, que apenas está pensando na agilidade de um processo licitatório que uma empresa tem em relação a um instituto. É lógico que a burocracia é maior. Mas quanto mais se tem burocracia, também os cuidados no processo licitatório são maiores. Quem muito corre acaba chegando atrasado.

O governo comprou a toque de caixa dois *ferryboats*. Mas, agora, o *ferryboat* que ia ser utilizado no Natal, não vai ser. Para ser utilizado no Carnaval, não vai ser utilizado, porque os *ferries* são maiores que o espaço que há para entrar. É a mesma coisa de comprar um carrão e a garagem ser pequena, não entra. O *ferryboat* também não entra. Então vai gastar mais 10 milhões para alargar os dois atracadouros, tanto o daqui como o de Itaparica.

Tudo bem, gasta-se 10 milhões, compra-se dois *ferryboats* e talvez em junho ou julho próximos estejam funcionando. Esperamos. Mas e aí, e os outros *ferryboats* que têm largura menor, vão entrar no atracadouro e ficar balançando? Como terá estabilidade para a utilização com os *ferryboats* que hoje estão operando?

Antes a ideia do governo era da ponte Salvador – Itaparica, mas se compra *ferryboat* é porque sabe que não haverá a ponte. O pior é não ter mais congestionamento, deputada Maria del Carmen, sobretudo nos feriados, nos veraneios, inclusive com a presença de turistas. Aí pergunto: como é que vai atracar os *ferryboats* mais estreitos? Vão ficar batendo? Quem é que vai descer do *ferryboat*? É a pergunta que o governo não responde.

É esse questionamento, deputado Alan Sanches, que temos que fazer e debater na Casa. Vai ampliar para corrigir uma falha processual, mas uma coisa tem que ser dita, porque os *ferryboats* já foram comprados, agora temos que falar na operação deles. O governo gasta 10 milhões para que os dois possam funcionar, e os outros como é que ficam? Qual a estabilidade que os atuais *ferryboats* vão ter quando atracarem? Esse questionamento tem que ser feito.

(A Sr^a Luiza Maia fala concomitantemente ao orador.)

O Sr. GABAN:- Pode responder, deputada Luiza Maia. Eu lhe concedo um aparte. Por favor, pode falar ao microfone.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado, V.Ex^a é um engenheiro e sabe que há técnicas para resolver essas coisas.

O Sr. GABAN:- Mas me explique qual é a técnica. Estou desde cedo da tarde cobrando uma explicação técnica da Agerba ou do secretário, e ninguém deu. Se fosse solução técnica não seriam 10 milhões para poder entrar dois *ferryboats* que

foram comprados erroneamente. Vai ter que gastar muito mais, ter o atracadouro para atender a um processo mal elaborado e outro para os *ferryboats* existentes serem utilizados. Contrassenso. Seria muito mais viável o governo fazer como fez com o projeto do fundo de recuperação do Corpo de Bombeiros. Retirou por ser inconstitucional. Deveria agora admitir, como foi admitido, que foi um erro. Mas querer dizer que vai dar um jeitinho. Jeitinho com a segurança da população não existe.

Se houver um acidente, Deus ajude que não ocorra, mas se houver com alguém descendo do *ferryboat* e balançando de lá e pra cá, como os lagartixas que votam sem querer discutir os projetos. São os deputados... Na hora em que o *ferryboat* estiver balançando ou quando houver um acidente fatal, quero ver quem vai responder por isso. O alerta está dado. Estou querendo colaborar, assim como todas as emendas que apresentamos este ano e foram acatadas e, por isso, valorizados os projetos. Ganhou o governo, ganhou a Oposição e, acima de tudo, o Poder Legislativo que fica fortalecido por apresentar emendas assim.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes): - Pela ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a que proceda a retirada das notas taquigráficas dos termos usados pelo nobre deputado Gaban. É uma expressão que acho que não convém com este Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

Solicito à Taquigrafia que retire os termos ofensivos aos parlamentares.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Bruno Reis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, todos que nos assistem, perto das 22 horas, através da *TV Assembleia*, esse debate aqui, não é isso, nobre deputado Gaban, deveria ter sido travado nas comissões, não é isso, Gaban? Esse debate de agora, a discussão do parecer deveria ser nas comissões. Todos os projetos, claro, comissão conjunta, tinha que ter o trâmite regular do projeto. Vocês querem ultrapassar os trâmites regimentais para trazer logo a matéria para o Plenário e por isso houve essa discussão acalorada e esse debate entre o deputado Gaban e a deputada Maria del Carmen sobre o mérito do projeto.

Confesso a V.Ex^{as} que estava acompanhando atentamente a discussão até para ter um posicionamento. E como não consegui entender e formar opinião para me posicionar, me inscrevi, Sr. Presidente, para discutir o projeto aqui no Plenário quando deveria estar ocorrendo, deputado Paulo Rangel, com toda a paciência que V.Ex^a tem, no âmbito das comissões. Mas como nesta Casa é uma praxe perder essa oportunidade, de discutir e de aperfeiçoar, foi aí que o deputado Gaban pediu vistas para analisar o projeto e naturalmente pode emitir a sua opinião.

Então, quero contar com a colaboração dos nobres deputados, tanto Gaban como Maria del Carmen, para ver se o meu raciocínio está correto. Existe no Estado a Secretaria da Cultura cujo secretário é Albino Rubim. Existe o Ipac, que é o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, justamente para gerenciar qualquer ação referente à preservação da memória, identidade coletiva do nosso patrimônio artístico e cultural. É para isso que existe o Ipac.

Por outro lado, existe a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que tem lá a Conder, que é a Companhia de Desenvolvimento Regional para executar as obras. Necessário se faz para que o Estado, nobre deputada Maria Luiza, é por isso que estou sendo didático na explicação, quero aqui dar uma aula para ver se até eu compreendi o que vamos votar, então existe a Conder vinculada a uma secretaria que é de Desenvolvimento Urbano. Existe o Ipac que é o órgão responsável pela parte do patrimônio artístico e cultural do Estado vinculado à Secretaria da Cultura, porque existe uma Secretaria da Cultura. Há estados em que a Secretaria da Cultura é junto com a do Turismo.

Por exemplo, aqui em Salvador a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo é uma única secretaria. Essa é uma secretaria própria, um órgão próprio. Necessário se faz a criação de um fundo estadual de preservação do patrimônio cultural e artístico. E aí qual é a incoerência? É que esse fundo ao invés de estar vinculado à Secretaria de Cultura, ao invés de estar subordinado ou vindos os recursos para serem gerenciados pelo Ipac, esse fundo está sendo criado e ficará vinculado à Conder, que é a Companhia de Desenvolvimento Regional, sob a justificativa, nobre deputado Rosemberg Pinto, de que a Conder teria mais condições gerenciais para realizar obras e intervenções em patrimônios artísticos culturais. Esse é o entendimento.

Então, para que serve o IPAC? Para que serve essa Secretaria de Cultura? Talvez seja uma oportunidade, porque já é uma secretaria. Se verificar o Orçamento do Estado, verá que a dotação orçamentária é quase nada. O IPAC não tem quase nada de recurso.

Quando aparece a oportunidade de vir recurso através de um Fundo, tira-se o recurso e passa-se à Conder. Então, para se criar o Fundo, tem de se extinguir a Secretaria de Cultura, fazer a fusão com a do Turismo e acabar com o IPAC.

O que é que o IPAC irá fazer? O quê, nobre deputada? Ouvi atentamente os argumentos da senhora. Ouvi atentamente os argumentos do deputado Gaban. Cheguei à seguinte conclusão: perde a necessidade da sua existência, porque o Fundo que vai cuidar do patrimônio artístico cultural não ficará vinculado ao IPAC, mas à Conder. Não há mais necessidade do IPAC.

Acho que o IPAC tem muito mais especialistas em patrimônio artístico cultural, técnicos e engenheiros com essa formação. A obra será executada, meu amigo, com licitação, empresa contratada. O fiscal do IPAC conhece muito mais de patrimônio artístico cultural do que o fiscal da Conder.

O projeto, meu amigo, é licitado e contratado, nobre Zé Neto, ou você acha que a Conder faz projeto também? Licita e contrata. Não paga, é verdade.

Há um amigo meu que tem uma empresa de projetos que está para quebrar porque o Estado deve a ele mais de R\$ 20 milhões de reais em projetos contratados que não foram pagos. Sabe qual é o problema, Zé Neto? Se virar praxe pegar o dinheiro do Fundo para pagar os débitos do Estado com a Conder.

Deputado Gaban, acho que já matei a charada. Querem que o Fundo vá à Conder para usarem o dinheiro no pagamento dos engenheiros e empreiteiros a quem estão devendo para que possam dar continuidade a diversas obras que estão paralisadas, porque os recursos foram desviados das contas vinculadas para pagar o custeio.

O nobre Líder ainda diz que o dinheiro é para Salvador, tentando convencer a Bancada da Oposição. Salvador gerenciará o recurso. O Conselho tem exatamente 12 membros. E desses 12 membros um único é da prefeitura. A Conder é que licitará os recursos, contratará. Não passará nada pela prefeitura. A desculpa agora é dizer que o dinheiro é para ACM Neto.

Todas as obras que o governo do Estado foi forçado a realizar aconteceram porque passaram 7 anos pregando a política do quanto pior, melhor, querendo que o coitado do João Henrique fosse para o inferno. Só que o cidadão que fica preso no trânsito, que não tem praia para ir, não culpa só o prefeito, não. Ele culpa também o governante de plantão. Culpa o prefeito, o governador, a presidente da República.

João Henrique saiu da prefeitura com 80% de rejeição, mas o governador Jaques Wagner está coladinho com ele, tem 60% de rejeição. A população não quer saber se a culpa é do governador ou do prefeito. Quer que se resolva o problema. A verdade é esta.

O governador Jaques Wagner percebeu isso. A esperança dele era chegar como o grande salvador da pátria em 2013, véspera da eleição, mas perdeu em 2012. Aí, começou a investir em Salvador. Correu para resolver o problema do metrô, fazer o viaduto na Paralela, uma parte da orla. Não deu nenhum real à prefeitura, não, Gaban. Não está dando nada ao prefeito, não! Tudo é o governador que licita, contrata e executa. Espero que as obras, realmente, saiam na mesma celeridade, como as obras da Prefeitura têm ocorrido. E, mais uma vez, não se utilizem para custeio os recursos destinados a pagar as medições dessas obras. Então, é necessário ter cuidado com esse fundo, porque pode ser mais recursos para a Conder, em vez de executar novas obras e pagar o rombo.

O deputado Luciano Simões vem à tribuna e constantemente denuncia. Eu tenho vários amigos empreiteiros a que a Conder está devendo.

A Sr^a Luiza Maia:- Não.

O Sr. BRUNO REIS:- Oh! Deputada, é mentira?! Eu não faço política mentindo. Faço política com base nos fatos. V.Ex^a nunca me viu vir a esta tribuna para falar da pessoa física de quem quer que seja deste governo. O que estou evidenciando está... V.Ex^a sabe que o Estado tem R\$ 1 bilhão e 900 milhões empenhados e liquidados e não paga a ninguém? Hoje, fui ao Salvador Shopping para almoçar e encontrei um empreiteiro que me disse o seguinte: “Olhe, pediram-me para participar da licitação de uma obra, e eu tinha a minha empresa ao lado, uma

mineradora. Eu não queria participar. Só que me convenceram de que, se eu ganhasse a obra, não faltariam recursos, porque seriam recursos específicos do fundo dos *royalties*, que seria para investir na área de mineração, fazer uma estrada para uma mineradora. Eu fui lá e fiz a obra. E devem-me R\$ 2 milhões, e não me pagam! Hoje, disseram-me que não pagarão a mais ninguém este ano”. Então, essa quantia de R\$ 1 bilhão e 900 milhões não será paga mais este ano, só no próximo ano. No próximo ano, o Orçamento do Estado abrirá depois de 15 de fevereiro. Ou seja, quem tem crédito para receber do Estado, a previsão é a partir de 15 de fevereiro de 2014. A Conder não paga a ninguém, é a campeã de calote na praça. A Embasa ainda paga, porque extorquiu a população baiana, praticando 150% de aumento nas contas, então ainda tem dinheiro, mas a Conser não paga a ninguém, é calote geral no mercado.

A Sr^a Maria del Carmen:- Não na minha época.

O Sr. BRUNO REIS:- Felizmente, nobre deputada, na sua época não era assim. É por isso que V.Ex^a me olha calada e fala: “É mesmo. Pior que ele tem razão. Na minha época era diferente”. Na época em que era presidenta, pela sua capacidade, competência administrativa e eficiência, a Conder honrava os compromissos. Mas hoje é uma quebradeira geral. Muda de presidente, deve ser o sexto ou sétimo. Soube que o que está lá sairá, é até competente, porque foi presidente da Embasa, um homem preparado; porém, não depende dele. Quando chegam os recursos na conta do caixa único do Estado, o secretário da Administração pisa em cima e não paga a ninguém. É essa empresa, essa companhia, que quer ficar com os recursos do fundo.

O governo federal, para poder repassar os recursos, tem que ter fundo. Cria-se ele. Aí se pegará o dinheiro do fundo para fazer o quê? Pagar a quem está devendo. Só isso é que justifica ir para a Conder. Nobre deputado Rosemberg, o fundo não é para ajudar Salvador, não é sempre o dinheiro para o prefeito ACM Neto, como V.Ex^as estavam dizendo ali agora? Então, faremos uma emenda, acho que o deputado Gaban até a apresentou para o fundo ficar vinculado ao IPAC.

Senão, gente, fecha o IPAC e acaba com a Secretaria da Cultura. É uma oportunidade para reduzir secretarias. Não acabou a Secretaria das Relações Institucionais? Agora se acaba a Secretaria da Cultura, para ver se o governo consegue fechar as contas de 2013. Se as contas de 2010 foram um descalabro, fico imaginando as de 2014. Tenho até pena do próximo governador, que pegará o Estado quebrado, com receita comprometida, com contrapartidas em obras falaciosas. O nobre deputado Rosemberg Pinto, homem que representa a cultura e que tem uma história na Petrobras na área do apoio à cultura, as artes, ao entretenimento e aos eventos, deveria defender que esse fundo ficasse subordinado ao IPAC e não à Conder.

Observem que a Conder não será mais indicação do PT, viu? É bom lembrar isso para a Bancada do PT! O PT perderá a indicação para outro partido. O presidente que está lá sairá, e entrará outro com a indicação de outro partido, deputada Maria Luiza Laudano, deputada Luiza Maia. Então, a presidência da Conder não será do PT, não! V.Ex^as estarão fortalecendo outro partido político! V.Ex^as deveriam pensar com atenção e sugerir ao nobre Líder Zé Neto que solicitasse verificação de quórum de

votação, no âmbito das Comissões, e que fossem apresentadas emendas para manter o projeto subordinado ao IPAC, porque lá, sim, o presidente é do PT, o secretário é do PT e os recursos são gerenciados pelo PT. Sendo assim, V.Ex^{as} não estariam fortalecendo um aliado político, ou melhor, um neo-aliado político, um adesista e, naturalmente, o PT ficaria com mais esse espaço político para tomar as decisões políticas.

É por esses e outros motivos, nobre deputado Rosemberg Pinto, que nós, da Bancada da Oposição, votaremos contra e ficaremos a favor da cultura do nosso Estado, ficaremos a favor do patrimônio artístico do nosso Estado.

Então, nobre Líder Elmar Nascimento peço que V.Ex^a recomende a nossa Bancada a se posicionar contra a aprovação desse projeto, porque não é benéfico para a Bahia. A utilização do Fundo está sendo desvirtuada! Não se está dando ao Fundo o valor e a importância que tem! O Fundo de Cultura... Observem a incoerência, qualquer pessoa perceberia que o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e Artístico deveria estar vinculado à Secretaria de Cultura! Existe um órgão, o IPAC, e esse Fundo deveria estar vinculado a ele, mas, não, está vinculado à Conder, a outra secretaria.

Então, estão perdendo uma grande oportunidade de fazer logo a fusão das secretarias. Nesse caso, seria possível também retirar o projeto e pedir que enviassem outro projeto propondo a fusão das secretarias e, naturalmente, o Fundo estaria no devido lugar. Mas esse Fundo está muito fundo, deputado Sidelvan Nóbrega! Precisamos saber o que está por trás desse Fundo! O normal, nobre deputado Rosemberg Pinto, seria esse fundo ter 12 integrantes e um da prefeitura. E é por isso que V.Ex^{as} dizem que é a Prefeitura que vai gerir os recursos. Esse fundo precisa ajudar a Conder. Esse Fundo, para concluir, nobre deputado Zé Neto, é para ajudar a Conder a sair do fundo do poço.

É por isso, Sr. Presidente, que nós votamos contra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estamos, ainda, em discussão no âmbito das comissões. Depois, teremos a discussão do projeto. São 20 minutos para o deputado membro titular da comissão; e 10 minutos para o deputado não membro da comissão.

Com a palavra o deputado Paulo Azi. Por não ser membro titular, V.Ex^a dispõe de 10 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, esta Casa discute um projeto que, por um lado, direciona os recursos para a cultura do nosso estado tão abandonada e tão largada; mas, por outro lado, o mesmo projeto traz, em seu bojo, algo injustificável.

Não entendemos o porquê do envio desses recursos para a Conder. Se essa empresa ainda fosse dirigida pela nobre deputada Maria del Carmen, nós ficaríamos tranquilos, porque os recursos seriam bem aplicados. Segundo as informações, a Conder está acéfala. O presidente deverá assumir um cargo no governo federal. Esta é

uma empresa, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, assoberbada, pois não consegue dar conta das obras contratadas.

Veja, deputada Maria del Carmen, aquela praça, no Largo de Roma, é algo inacreditável. Não sei se V.Ex^a tem conhecimento das razões que fazem com que aquela obra não seja executada. Os recursos estão disponíveis há mais de um ano na conta da Conder. E a praça continua cercada por tapumes e nenhuma obra vem sendo executada.

Deputados Marcelino Galo e Maria Luiza, o estado tem um órgão concebido e gestado para executar obras de preservação do nosso patrimônio histórico e cultural. Não consigo entender por que os recursos deste fundo não estão sendo direcionados para o IPAC.

Então para que a existência do IPAC, hoje, na Bahia? Se as obras de responsabilidade do IPAC estão sendo transferidas para a Conder, não entendo por que manter o órgão IPAC. Apenas e simplesmente para dar cargos a alguns apaniguados? Só imagino que seja para isso. Esta é uma atitude muito pequena.

O deputado Carlos Gaban fez este questionamento desde o início da discussão deste projeto. E nós não temos conhecimento, ainda, das explicações do governo e quais os motivos que levam o governo a adotar uma postura como esta. E há o pior! As informações chegadas é de que os órgãos ligados à cultura do nosso Estado, a própria Secretaria e o IPAC, não foram sequer consultados. Tomaram conhecimento pela imprensa, pelo *Diário Oficial* do governo.

Então, isso, para o nosso juízo, nada mais é do que o reflexo da pouca importância que o governo do Estado da Bahia dá àquilo que é fundamental para todos nós, baianos: a preservação do nosso patrimônio histórico, da nossa cultura e arte. Isso, definitivamente, não está na prioridade desse governo.

Aliás, o fim de semana foi trágico para o governo da Bahia. Infelizmente, mais um fim de semana trágico para o governo da Bahia. Não vou referir-me às 35 pessoas que foram assassinadas, ao turista do Rio de Janeiro que levou um tiro na perna no Rio Vermelho, às 7 horas que as pessoas ficaram nas filas intermináveis do *ferryboat*, mas não poderia deixar de registrar o péssimo exemplo que o governo do Estado deu a mais de 6 mil médicos. O governo do PT parece que resolveu brigar, definitivamente, com essa importante categoria.

Eles estavam aqui, em nosso Estado, participando de um congresso nacional no Centro de Convenções do Estado da Bahia, e foi uma verdadeira catástrofe. Uma repercussão negativa nacionalmente, deputado Álvaro Gomes. O Centro de Convenções estava sem água. As pessoas, para fazerem suas necessidades fisiológicas, tinham que ir para o Shopping Salvador porque o único aparelho que temos nessa área está completamente destruído, com as escadas rolantes paradas e os aparelhos de ar condicionado desligados.

O Centro de Convenções da Bahia é um importante equipamento para o turismo, o nosso entretenimento e os nossos negócios. Mais de 6 mil médicos, deputado Jurandy, num congresso no Centro de Convenções e sem água. V.Ex^a imagine o fedor, o mau cheiro e o que isso representa em imagem negativa para o

nosso Estado. Imaginem o que esses profissionais irão dizer quando chegarem às suas terras natais.

E vejam que nessa mesma semana saiu uma publicação na imprensa com números de intervenções do governo federal para reformas em diversos centros de convenções espalhados pelo nosso País. Estranhamente, o Centro de Convenções de Salvador não fazia parte dessa lista de intervenções do governo federal e encontra-se em estado deplorável: sem ar condicionado, sem escadas rolantes, sem elevador e sem água.

Como é que se pode imaginar um congresso com 6 mil médicos em Salvador e os profissionais tendo que ir satisfazer suas necessidades no Salvador Shopping! Imaginem a imagem que isso passa para as pessoas de outros estados. E quando se ia atrás dos responsáveis pela administração do Centro de Convenções, diziam que era feriado e não tinham como resolver.

Vejam a que ponto chegou o cuidado com as administrações públicas do nosso Estado.

É por isso que quando V.Ex^a levantou essa questão desse projeto o fez de maneira muito correta. Para que o IPAC, para que mais um órgão específico para cuidar do nosso patrimônio histórico?

Fica a Conder, que não tem mais condição de resolver mais nada com relação a obras, pois todas elas estão paradas e andando a passos de tartaruga. E o governo mesmo com o alerta que V.Ex^a fez, não tem qualquer justificativa plausível para nos convencer.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Agradeço o aparte. Com relação ao Centro de Convenções, não basta o Maranhão ter um Centro de Convenções extremamente mais bonito, moderno que está tendo uma estrutura incomparável do Nordeste. Vemos que o próprio orçamento da Secretaria do Turismo para o próximo ano foi diminuído em 35%, segundo a proposta orçamentária enviada pelo governo para esta Casa.

Então ficamos tristes e lamentamos o fato de termos um patrimônio depredado que deveria ser recuperado até para a Copa do Mundo. Então não há preocupação. Quem perde é a Bahia porque os grandes eventos não vêm para cá e, provavelmente, irão para o maranhão que tem uma estrutura muito mais moderna, um Centro de Convenções que para quem o conhece é uma referência nacional.

Lamentamos o estado deplorável do nosso Centro de Convenções e a redução em 35% da proposta orçamentária, enviada para o governo para o ano que vem na Secretaria de Turismo.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, vou concluir o meu pronunciamento, até para não precisar falar os outros 20 minutos. Então peço a tolerância de V.Ex^a para concluir e abro mão dos meus 20 minutos no momento da discussão do projeto.

Deputado Gaban V.Ex^a está corretíssimo. O que pode vir a acontecer com esse projeto tão mal concebido pelo governo?

Vai ter o mesmo fim do projeto da taxa de incêndio, que tanto alertamos desta tribuna, tanto chamamos a atenção do líder do governo de que o projeto era

inconstitucional que era preciso debater melhor, que o projeto não teria condição de ser implementado. O governo usou o rolo compressor contra o nosso voto e aprovou.

Acontece da mesma forma agora. Como é que cria um fundo ligado a cultura, deputado Zé Neto, e desativa o órgão próprio da cultura, um órgão cujos profissionais são preparados para isso, ou então a Conder receberá o recurso e vai repassar para o IPAC? Para que o IPAC vai existir então, deputado Zé Neto?

O IPAC é o órgão específico com profissionais preparados, treinados, capacitados para executar obras de preservação do nosso patrimônio e o Estado não consegue nenhuma justificativa plausível para esse tipo de questão, deputada Luiza Maia.

Portanto viemos a esta tribuna para alertar o governo que, mais uma vez, está encaminhando um projeto que tem a boa intenção de privilegiar a cultura, mas que peca na sua forma, no seu conteúdo pela má destinação que será dada aos recursos que serão transferidos para esse fundo.

Agradeço, deputado Álvaro Gomes pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Encerrada a discussão no âmbito das comissões. Em votação.

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pela ordem o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Solicito uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

Faremos a verificação de quórum no âmbito das Comissão.

(O Sr. Presidente Álvaro Gomes procede à verificação de quórum no âmbito das comissões.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Na Comissão de Constituição e Justiça encontram-se presentes cinco Srs. Deputados, portanto, há quórum.

Na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público estão presentes cinco Srs. Deputados, há quórum legal.

Na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo estão presentes cinco Srs. Deputados, portanto, há número legal.

Na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle estão presentes cinco Srs. Deputados, portanto, há quórum legal.

Há, portanto, quórum em todas as comissões.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com o voto contrário do deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Em discussão o projeto de lei nº 20.504/2013, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para discutir, o primeiro orador

inscrito, deputado Leur Lomanto Junior, por 20 minutos. (Pausa) Na ausência, com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Meus caros deputados, meu caro presidente do meu partido, futuro deputado federal Paulo Azi, um questionamento eu tenho que fazer agora: 10 horas 25min. Imprensa ausente. Os argumentos todos que poderíamos fazer aqui para enriquecer este projeto, esse Fundo, para que pudéssemos votar favoravelmente, já que não somos em hipótese alguma contra ele. Sabemos da exigência para que alguns recursos sejam para o Pelourinho. É preciso que seja criado um Fundo. Mas temos aqui um para o Estado da Bahia. Mas, por mais valor que demos ao Pelourinho - e eu dou -, ao seu patrimônio artístico, cultural, histórico, enfim, a tudo que merece, ele não pode ser considerado o maior patrimônio cultural do nosso Estado, pois há inúmeros e inúmeros imóveis reconhecidos pelo seu valor histórico e cultural.

Mas o que nos cabe neste momento? Continuar a utilizar os 20 minutos? A imprensa já foi, o governo tem a maioria para votar, será que é de bom sentido ficarmos obstruindo? Acredito que não. Tenho a consciência de que com os demais projetos votei por uma questão conceitual. Não temos nada contra este projeto. Vou votar contra única e exclusivamente por questão de conceito.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GABAN:- Pois não, deputado. Vou conceder.

Mas se o governo, deputado Zé Neto, acatasse a nossa sugestão, votaríamos favoravelmente. Se o governo por outro lado dissesse “Não entendemos assim, mas é de fundamental importância manter um instituto que, apesar de não ser muito pesado, tem uma estrutura que aumenta o custeio. Estamos num momento de dificuldade, temos que diluir o custeio. Quanto aos técnicos, excelentes técnicos, restauradores, museólogos, enfim, quanto à estrutura, não é grande o impacto. Ela será absorvida pela Conder. E lá eles vão continuar prestando serviços”, aí votaríamos favoravelmente porque saberíamos que haveria técnicos lá para ajudar na recuperação do patrimônio. Mas, se nenhuma dessas medidas for feita, meu caro deputado Zé Neto, somos favoráveis, unicamente por uma questão consensual, a votar contra.

Concedo, com muito prazer, o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Só para esclarecer a V.Ex^a, quem elege a área é o IPAC, porque a preservação - está aqui muito claro - é com o objetivo de financiar ações preservadoras a serem realizadas nas áreas protegidas existentes no Estado. E o projeto cita também como uma dessas áreas protegidas a área elegível para programa ou ação específica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aí ele, o IPHAN, é que elege. Agora, por que aqui é o IPAC? Ele recebe dinheiro para fazer a licitação? Não. Mas vai fiscalizar a que foi realizada pela Conder, que vai receber o dinheiro abrindo essa licitação a ser executada pela empresa que vencê-la. Só que o IPAC não tem como fazer essa gestão financeira nem esse processo licitatório para fiscalizar algo que ele próprio criou.

Então o IPAC, nesta situação que estamos colocando, é que vai eleger e fiscalizar as ações. Só para concluir, já existe no governo federal um convênio, pois esse Fundo é criado exatamente por exigência da União, que entre outras coisas diz

“Estou te emprestando o recurso para o Estado, mas quero duas coisas: que o IPAC eleja,...” - V.Ex^a está certo, é o órgão que tem essa capacidade - “(...) acompanhe e fiscalize.” Claro que ele está elegendo. “E que se crie um Conselho Curador.” É nele que vamos ter uma formação cuja maioria inclusive será composta de seis representantes da sociedade civil, um representante do Poder Executivo Municipal - no caso, Salvador -, um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, e um representante do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, o IPAC. Só aqui são nove.

Mas, e do Estado? Vai participar quem? Três representantes apenas: um da Conder, um da Sefaz, Secretaria da Fazenda, que é a representação fiscal e contábil, e um da Seplan, a Secretaria do Planejamento, porque é ela que vai receber o recurso e fazer o planejamento para funcionar no sentido da liberação dele pelo canal do convênio federal. Na verdade, esse Conselho Curador é que vai no Fundo fazer a gestão ou a indicação do gasto do recurso.

Os recursos financeiros do Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural serão aplicados mediante decisão do Conselho Curador nas ações de preservação do patrimônio cultural a serem realizadas nas áreas protegidas existentes no Estado. Essas áreas protegidas, todas elas, por força de lei, são fiscalizadas e não se mexe nem mesmo numa pedra nelas sem que haja a ação direta do IPAC.

Portanto, quero dar essa explicação para que V.Ex^a tenha a tranquilidade de até votar a favor. Primeiro, porque o recurso vem para Salvador. Depois, porque vão ser tratados esses recursos em convênios que vão atender às áreas protegidas que o IPAC é quem elege e fiscaliza qualquer mudança física nelas. Então, não há qualquer situação que não seja apenas que a Conder é a empresa do Estado que conduzirá os recursos dos pontos de vista contábil, financeiro e administrativo.

A Conder vai encaminhar os recursos, vai haver licitação, e a empresa ganhadora vai executar. Mas serão a Conder e o IPAC que farão as gestões tanto do ponto de vista da engenharia como da preservação do patrimônio histórico. Claro que o IPAC tem técnicos, historiadores, arquitetos que vão, evidentemente, trazer um conhecimento específico e mais profundo sobre essa preservação. Mas na parte de engenharia, é óbvio que a empresa que vai fazer essas recuperações, essas ações vai ter conhecimento do ponto de vista da engenharia, V.Ex^a sabe, mas não pode estar desconectada do ponto de vista da necessidade de preservação do patrimônio.

Então, quero deixar-lhe muito tranquilo, não há qualquer irregularidade aqui, mesmo porque é exigência do governo federal que se tenha alguma empresa. E a empresa de desenvolvimento urbano do nosso Estado é a Conder. Em outros estados pode ter outra conotação, que até façam a aglomeração do instituto com a empresa de engenharia de desenvolvimento urbano. Mas, no nosso caso, o IPAC e a Conder não são uma mesma empresa e não estão no mesmo mecanismo. Evidentemente que serão colaboradoras entre si.

O Sr. GABAN:- Deputado Zé Neto, gostaria de parabenizá-lo, da mesma forma que fiz com a deputada Maria del Carmen, porque, como Líder do governo, procurou pegar informações técnicas mesmo não sendo na área específica de V.Ex^a.

A deputada Maria del Carmen já foi presidente da Conder, é uma técnica, é da sua área. Mas, deputado, a sua linha de raciocínio foi a mesma da deputada Maria del Carmen, e V.Ex^a se fundamentou em dados que lhe passaram, cumpriu seu papel.

Mas esse projeto foi criado se pensando única e exclusivamente em Salvador, tanto é que não teremos um representante, por exemplo, da União dos Municípios da Bahia, embora esteja-se tratando do patrimônio do Estado. Então, foi pensado exclusivamente para o Município de Salvador, tanto é que haverá um representante da prefeitura, mas o Fundo é para administrar o patrimônio cultural do Estado.

Não concordo com a forma, mas, enfim, o governo está aí, deu as explicações. E acho que cumpriram bem seus papéis, deputada Maria del Carmen, que é da área, e o deputado Zé Neto, que procurou informações.

Acho que o debate tem que existir, mas ainda continuo entendendo que é para atender ao Município de Salvador. Estamos tratando do patrimônio cultural do Estado, e esse conselho deveria funcionar para atender ao Estado, mas não o faz porque não conta com um representante de entidades organizadas como a UPB, por exemplo, que deveria ter um representante no conselho.

Mas, enfim, é um assunto que não adianta mais debatermos. Vou utilizar poucos minutos, até porque não vamos mais obstruir esse projeto. É inócua a obstrução. Vamos ficar obstruindo aqui só para os deputados ficarem até mais tarde desnecessariamente. Sabemos dos perigos que existem para nos deslocarmos, sobretudo para as deputadas.

E quero informar a V.Ex^a, deputado Zé Neto, que a partir de amanhã estarei pegando todas as informações do processo licitatório dos dois *ferryboats* para fazer uma verificação. Na época em que foram divulgadas as informações preliminares, não me aprofundi no assunto. Se o processo licitatório foi feito em março, por que só agora o governo viu a necessidade de fazer a ampliação dos atracadouros? Que possamos, efetivamente, ver porque as empresas não participaram do processo, se foi feito algum direcionamento, ou não. Estou apenas me baseando nas informações que estão na imprensa...

O Sr. Zé Neto:- Eles queriam que o edital fosse direcionado a eles...

O Sr. GABAN:- Perfeito. Eu, deputado Zé Neto, estou tendo o cuidado de dizer que vou pegar as informações necessárias para verificar por que quando do processo licitatório já não se pensou em fazer o aumento das gavetas do atracadouro, e só agora, depois de definido todo o processo, vão fazer isso que vai prejudicar todo o verão da Bahia. Eu vou verificar – já vou adiantando – junto ao Distrito Naval de Salvador – se tem licença da Marinha para fazer as obras necessárias, licitadas pela Conder...

A Sr^a Maria del Carmem:- É a Capitania dos Portos...

O Sr. GABAN:- Pois não, deputada Maria del Carmem.

A Sr^a Maria del Carmem: - Terá que ser a Capitania dos Portos, que é quem dá licenciamento.

O Sr. GABAN:- É. Temos que ver isso. Vou verificar inclusive se a Sucom já se manifestou, se deu alvará para a realização dessas obras. Vou verificar junto ao

Inema, enfim, todos os órgãos ambientais, para saber se há uma licença ambiental para fazer essa ampliação. Se não houver, só no ano que vem, nem no São João vamos ter esses dois ferries funcionando. Estou adiantando, mas, para preservar o Estado da Bahia e dar garantia à população do nosso Estado, sobretudo àqueles, repito, que moram em Itaparica e vêm para cá, e vice-versa, se as providências forem solicitadas, porque, pelo andar da carruagem...

Eu estava, nesse fim de semana, comemorando os meus 40 anos de formado em engenharia lá em Santa Rita do Sapucaí, então eu peguei as informações mas não me aprofundei nas análises. A partir de amanhã, vou verificar e vou começar pela Marinha, para ver, deputada Maria del Carmem, se eles têm licença ambiental que dê embasamento para a Conder ter feito sem licitação...

A Sr^a Maria del Carmem: - Conder, não.

O Sr. GABAN:- Ou se fizeram no apagar das luzes, sem nenhum tipo de planejamento. Concedo-lhe o aparte, deputada.

A Sr^a Maria del Carmem: - O Derba.

O Sr. GABAN:- O Derba, desculpe. Gostei, defendeu o órgão que presidiu. Mas é verdade, é o Derba.

A Sr^a Maria del Carmem: - Deputado Carlos Gaban...

O Sr. GABAN:- Deputada Luiza Maia, eu já tinha falado que era o Derba, foi um lapso... Foi porque, vendo a deputada Maria del Carmem em minha frente, eu vejo a Conder que ela administrou com tanto zelo e cuidado. Quando eu a vejo, eu confundo os órgãos, deputada Maria del Carmem.

A Sr^a Maria del Carmem:- Deputado Gaban, o que o nosso Líder, deputado Zé Neto, coloca é que não era possível estabelecer já de imediato como seria a abertura desse novo ancoradouro. Se ficasse estabelecido qual seria essa dimensão, talvez estivesse direcionando para um determinado ferry.

O Sr. GABAN:- Perfeito.

A Sr^a Maria del Carmem:- O que houve é que tínhamos que adquirir os ferries e os espaços onde eles vão atracar têm que ser adequados a eles. É exatamente isso.

O Sr. GABAN:- Mas é nessa linha de raciocínio, já que o governo anunciou que já agora no verão e no Carnaval os ferries estariam funcionando plenamente, eu vou verificar se os cuidados técnicos foram tomados junto aos órgãos competentes, os que cuidam do meio ambiente, a Marinha e a Sucom...

A Sr^a Maria del Carmem:- Só para complementar, deputado Gaban...

O Sr. GABAN:- Porque se for apresentar agora - a senhora concorda? - um projeto na Sucom, um projeto na Marinha e um projeto no meio ambiente, infelizmente esses ferries só vão funcionar, talvez, no próximo verão...

A Sr^a Maria del Carmem:- Mas eu queria fazer uma observação, já que V. Ex^a durante toda a tarde falou no problema que ocorreria com as gavetas menores para os novos ferries, elas vão continuar sendo utilizadas da mesma forma. O que vai acontecer é que vamos ter que colocar flutuadores... e a embocadura desses novos ferries será através de flutuadores, porque eles têm um calado maior... Isso foi dito aqui, se não me engano, pelo deputado Alan. Um calado maior do que aquele que

hoje há nos atracadouros. E eles vão permitir... E isso será feito já nos atracadouros destinados ao Ivete Sangalo, ao Ana Néri, se não me engano, que têm as dimensões maiores, são os dois ferries com maiores dimensões, e eles continuarão servindo para esses dois e mais para os novos que serão a eles acoplados através dos flutuadores.

Portanto é um novo projeto que está sendo colocado e que não vai precisar de obra civil, do ponto de vista de concreto, de um novo cais para ancoradouro, e sim de flutuadores novos que vão permitir que possa funcionar para atender aos dois tipos de *deferry*, aos que estão vindo, estão chegando, aos novos *ferries*, e aos hoje existentes, que têm maiores dimensões. Era só para um esclarecimento.

O Sr. GABAN:- Do ponto de vista técnico, deputada Maria del Carmen, concordo com V.Ex^a. Por isso, é importante que venha o secretário ou o gestor da Agerba para prestar esclarecimentos, ou até para que possamos ver na licitação feita pelo Derba se esses R\$ 9,880 milhões que estão previstos são apenas para ampliação ou se neles estão incluídos os flutuadores ou qualquer outra solução técnica.

A Sr^a Maria del Carmen:- Estão previstos os flutuadores.

O Sr. GABAN:- Espero que sim. E só ficam as licenças ambientais da Marinha e da Sucom, que são licenças que não saem da noite para o dia.

Era também o que eu tinha que dizer em consideração às nossas queridas deputadas. Já considero encerrado este debate, cumprimos a nossa obrigação, para que possam voltar ao aconchego dos seus familiares, e nós também, mas, prioritariamente, as deputadas. Acho que consideramos encerrada a discussão nesta noite.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Encerrada a discussão. Em votação o projeto de lei nº 20.504/2013, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum de votação para apreciação da presente matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V. Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, solicito que seja zerado o painel e se faça uma convocação para que todos os deputados venham ao Plenário. Quero agradecer ao deputado Bruno Reis por nos dar uma oportunidade de sair daqui neste horário, porque hoje, pela bela competência da Prefeitura de Salvador, que, sem pesquisa alguma, deixou o trânsito com um engarrafamento de 6 horas com a criação de corredores, deixando a cidade intransitável.

Então, queremos agradecer por podermos sair agora à noite sem ter que

enfrentar o engarrafamento causado pela área de inteligência da Prefeitura de Salvador, da Transalvador.

Peço que zerem o painel e convoquem todos os deputados. Acionem as campanhas para que possamos votar este projeto do Fundo de Cultura.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Exª também será atendido.

Srs. Deputados que se encontram na sala do cafezinho, demais deputados que se encontram nos gabinetes, há um pedido de verificação de quórum de votação solicitado pelo deputado Bruno Reis e pelo deputado Rosemberg Pinto.

Solicito que zerem o painel e contem 25 minutos. Peço aos Srs. Deputados que estão nos corredores, na sala do cafezinho, nos gabinetes, que compareçam, imediatamente, porque, há um pedido de verificação de quórum dos deputados Bruno Reis e Rosemberg Pinto.

(Verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Há quórum para votação.

Em votação.

Como encaminha o deputado Bruno Reis? Como V.Exª vota e orienta?

O Sr. Bruno Reis:- Não, Sr. Presidente. Por todos os motivos expostos esta noite.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- O deputado Bruno Reis orienta não. Deputado Zé Neto, como orienta a votação?

O Sr. Zé Neto:- Queria apenas agradecer à Bancada do governo e dizer que na vida pública nós temos muitos enfrentamentos.

Hoje, particularmente, eu posso dar um depoimento sobre dois momentos importantes do dia: pela manhã, quando inauguramos em Feira de Santana a Cardiologia Infantil do Hospital da Criança, que vai atender o interior da Bahia. E, agora à noite, o de saber que a nossa Bancada se manteve firme e unida. Trouxe aqui três projetos para aprovação, um deles as contas de 2010 do governo do Estado da Bahia.

Então, quero de novo agradecer muito fraternalmente a toda a Bancada pelo exemplo de fidelidade e, acima de tudo, de responsabilidade com o nosso projeto. Portanto, voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Em votação o projeto de lei nº 20.504/2013, de procedência do Poder Executivo, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e dá outras providências. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados Bruno Reis, Gaban e Coronel Santana.

Não havendo mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*